



1 Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, em primeira chamada às quatorze horas, segunda chamada as quatorze  
2 horas e vinte minutos iniciou-se se na Câmara Municipal de Maricá de forma presencial a reunião do CMS-Maricá com os seguintes conselheiros  
3 Titulares: Bruno de Souza Lougon, Jorge Alberto Rispoli, Juliana Nogueira dos Santos, Anna Maria de Carvalho Quintanilha, Antônio Carlos  
4 do Rego e Souza, Antônio Carlos Cunha, Marcos de Souza Pires, Edson Gonçalves de Oliveira, Leila Maia da Silva, Rose Mary de Melo Bruce,  
5 Eliane Fontes de Araújo e Denise Marchon Tinoco. Suplente: Moisés Antônio de Melo Abrão, Maria Aparecida de Carvalho Siqueira Garcia,  
6 Danielle Torres Xavier, Renata do Nascimento Frazão. Com a seguinte pauta: 1-Apreciação e votação da Ata anterior, 2-Leitura dos Ofícios, 3-  
7 Convite a Diretora Administrativa da Associação Mahatma Gandhi ou um representante legal,4-Apresentação relação dos processos vencidos  
8 (Marcelo Rosa),5-Apresentação de relato (Denise),6-Convite a um representante da obstetrícia ou da Direção do Hospital Conde Modesto Leal  
9 (Edson),7-Pedido de Auditoria Sobre as verbas do CMS-Maricá (Edson),8-Apresentação do RDQA, referente ao 2º Quadrimestre de 2024 ( SMS  
10 Enviado por e-mail),9-Apreciação e Aprovação de Credenciamento de 08 Equipes de Saúde Bucal da estratégia da Saúde da Família (SMS),10-  
11 Convite a Coordenação da Vigilância Sanitária ou a Vigilância pertinente (Rose Mary),11-Convite ao Subsecretário da Atenção Primária o Sr.  
12 Wilson Rodrigues de Souza Junior ou um representante legal (Rose Mary),12-Apresentação do Relatório de visita aos equipamentos/serviços  
13 ligados à atenção psicossocial e reabilitação em Maricá (Moisés),13-Eleição do Presidente da Comissão de Justiça e Ética,14-Formação da  
14 Comissão de Legislação,15-Relatório sobre o CISTTÃO (Moisés),16-Sugestão de pauta para próxima reunião,17-Informes Gerais. O Presidente  
15 justifica a ausência dos seguintes Conselheiras: Dra. Cláudia por motivo de conclusão de curso e Dr. Rodrigo Cantini por motivo de foro pessoal,  
16 João Batista Lins Guilhermino, Adriana Domingues Picanço por motivo de saúde Marcelo Rosa por motivo de doença. O Presidente diz que  
17 antes de dar início ao Primeiro ponto da pauta, gostaria de fazer a leitura do artigo 48 do Regimento Interno do Conselho que fala o seguinte: O  
18 Capítulo 7 do plenário, artigo 48 Art. O Plenário do CMS-Maricá reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, a cada mês. Inciso primeiro o calendário  
19 das reuniões Ordinárias será divulgado antecipadamente a cada ano. Inciso segundo. As reuniões do CMS-Maricá, salvo deliberação expressa  
20 em contrário, serão abertas ao público e a todos os interessados no Sistema de Saúde, sem, contudo, sofrer a sua interferência. Então hoje estamos  
21 com a plateia lotada, isso é muito bom ter participação do controle social, participação aqui de agentes de saúde, gente do poder público, da  
22 gestão, temos tido ultimamente em reuniões anteriores, participação fervorosa de imprensa, usuários que tem tido os seus problemas, seus  
23 percalços às vezes com o sistema de saúde e que muitas das vezes tentam vir de alguma forma pleitear o seu direito, brigam por alguma coisa aqui  
24 utilizando o espaço dessa reunião contudo fazendo algumas interferências que vêm trazendo alguns problemas, e com isso precisamos voltar ao  
25 centro da normalidade, no que tange o que está previsto e preconizado no Regimento Interno, de se fazer valer. Essa não interferência do  
26 plenário, são todos muito bem-vindos, mas lembrando que não pode interferir na reunião, não pode haver manifestação de nenhum tipo de cunho  
27 e a deliberação, as expressões, a voz, o voto ela ocorre aqui dentro do plenário e não fora e qualquer coisa que fuja a essa regra, enquanto na  
28 qualidade de Presidente do Conselho vou pedir auxílio da força de segurança da Câmara para que consigamos retomar a harmonia. Qualquer  
29 reivindicação, denúncia, reclamação e elogio de toda forma, como sempre, pode ser encaminhada e deve ser encaminhada ao Conselho,  
30 recepcionaremos com maior prazer e com maior carinho, mas através de e-mail, ofício ou qualquer carta que seja protocolada presencialmente  
31 na sala do nosso Conselho, que fica no prédio da Taco onde era o anterior Gabinete da Secretaria de Saúde, mas esse espaço mais uma vez ele  
32 não pode sofrer interferência. **Primeiro ponto da pauta.** Apreciação e votação da Ata anterior. O Presidente pergunta se algum Conselheiro  
33 deixou de receber a ata anterior. Coloca em votação nominal, foi aprovado por unanimidade. **Segundo ponto da pauta.** Leitura dos Ofícios. O  
34 Presidente diz que todos os ofícios foram enviados para os e-mails dos Conselheiros. Pergunta se algum Conselheiro teve dificuldade e não  
35 recebeu os ofícios. Ofício nº 750/SMS/2024 em resposta ao ofício nº 094/CMSM/2024, que encaminhamos em anexo ao solicitado pela Comissão  
36 de Regulação em visita a Base do Melhor em Casa, no dia 01/07/2024, Ofício nº 887/SMS/2024 da Secretaria de Saúde em resposta ao ofício  
37 nº 136/CMSM/2024, que encaminhamos em anexo os questionamentos solicitados pela Conselheira Rose Mary de Melo Bruce via e-mail do  
38 Conselho Municipal de Saúde de Maricá sobre a dotação da verba do CMS-Maricá, Ofício nº 892/SMS/2024 da Secretaria de Saúde solicitando  
39 inclusão na pauta aprovação de Credenciamento de 08 Equipes de Saúde Bucal da estratégia da Saúde da Família, Ofício nº 924/SMS/2024 da  
40 Secretaria de Saúde solicitando inclusão na pauta Apresentação do RDQA, referente ao 2º Quadrimestre de 2024, Ofício nº 947/SMS/2024 da  
41 Secretaria de Saúde em resposta ao ofício nº 136/CMSM/2024, que encaminhamos em anexo solicitação da Comissão de Orçamento e Finanças  
42 do CMS-Maricá, realizada em 03/07/2024 e 08/07/2024 para avaliarem a LDO, LOA e o PAS, constataram em alguns itens, Ofício nº  
43 946/SMS/2024 da Secretaria de Saúde em resposta ao ofício nº 116/CMSM/2024, que encaminhamos em anexo questionamentos da Comissão  
44 de Orçamento e Finanças do CMS-Maricá, Ofício nº 978/SMS/2024 da Secretaria de Saúde solicitando o reagendamentos dos pontos terceiro  
45 Convite a Diretora Administrativa da Associação Mahatma Gandhi ou um representante legal e sexto Convite a um representante da obstetrícia  
46 ou da Direção do Hospital Conde Modesto Leal da pauta. **Terceiro ponto da pauta.** Convite a Diretora Administrativa da Associação Mahatma  
47 Gandhi ou um representante legal. O Presidente pergunta se algum representante da Mahatma Gandhi está presente. O Presidente passa a palavra  
48 para a Conselheira e Secretária Geral Ana Quintanilha que diz que lamentamos que não esteja presente aqui a Mahatma Gandhi, então vai ter  
49 que fazer esse questionamento a Secretaria de Saúde. Não é bem um questionamento é só um posicionamento enquanto Conselheira de Saúde.  
50 No dia 01/07/2024, nós fizemos uma visita as instalações onde funciona o Melhor em Casa e ela e o Conselheiro Jorge que também é nosso Vice-  
51 Presidente. Nós constatamos algumas coisas que não estavam de acordo, enfim as instalações não eram apropriadas para que os funcionários do  
52 Melhor em Casa pudessem trabalhar com determinado conforto, com um mínimo de conforto e organização, nós fizemos um relatório enviamos  
53 esse relatório por ofício à Secretaria de Saúde e a Secretaria enviou o relatório para Mahatma Gandhi, cobrando, naturalmente, o que o Conselho  
54 estava cobrando a ela e para nossa surpresa quando veio a resposta da Mahatma Gandhi vieram descrevendo tudo que nós tínhamos escrito como  
55 se nós estivéssemos mentindo e não fosse aquilo que estava acontecendo porque lá estava funcionando tudo na perfeita normalidade. Estava tudo  
56 de acordo, as instalações todas de acordo e que aquele relatório que nós fizemos não era nada e que nós não estávamos falando a verdade,  
57 separamos aqui algumas fotos da visita que fizemos lá para ver a situação que nós encontramos e se isso realmente é uma normalidade e já que  
58 a Mahatma Gandhi não se propõe a vir aqui nos responder e como a Secretaria aceitou a resposta que Mahatma Gandhi respondeu, gostaria de



59 mostrar essas fotos para ver se isso realmente quer dizer organização. O Presidente projeta as fotos na tela para que todos tomem conhecimento.  
60 A Secretária Geral diz que os funcionários não tem local para sentar todo mundo quando a equipe está completa, é tudo apertado, a medicação,  
61 os materiais de trabalho que eles recebem estão acondicionados de forma errada. Inclusive no banheiro, porque não tem local para isso, os móveis,  
62 o computador tudo apertado, eles muitas vezes são obrigados a fazer a evolução dentro das ambulâncias, dentro dos carros. Isso foi o que  
63 encontramos na visita, então pergunta: é mentira dos Conselheiros quando relatamos que as condições não estão adequadas? Porque para ela  
64 ficou claro que a Mahatma está dizendo é mentira e que isso não acontece. Está aí a prova do que nós fizemos. Inclusive estávamos sabendo  
65 que eles queriam alugar uma casa, para funcionar o Melhor em Casa em condições adequadas para todos, foi assim que encontramos, inclusive  
66 tendo dificuldade em usar o banheiro porque o banheiro está ocupado com material. Não tem local direito para a eles fazerem as refeições.  
67 Enfim, gostaria de uma resposta da Secretária. A Conselheira e Secretária de Saúde Dra. Juliana responde que a constatação realmente no mês  
68 de maio elas foram verificadas pela própria equipe de fiscalização da Secretaria, cabe lembrar que a equipe tem uma Comissão de Avaliação de  
69 desempenho chamado de CADE e essa equipe é uma equipe de fiscalização dos contratos de gestão das organizações sociais, então as visitas,  
70 elas acontecem todas as quartas feiras, essa equipe é multidisciplinar. Então ela tem pessoas Advogadas, RH e pessoas do eixo Assistencial e  
71 fazemos da mesma maneira que o Conselho que tem as informações, a Secretaria de Saúde trabalha em prol da entrega de saúde com qualidade  
72 para a população, a gente também reporta e constata diversas oportunidade de melhorias, enviamos ofícios cobrando isso das Organizações  
73 Sociais seja qual for uma Organização Social. Sobre a locação do imóvel a Mahatma Gandhi abriu o processo no ano passado, mas a Fundação  
74 Estatal ao mesmo tempo, abrir um processo da locação porque, o Melhor em Casa no site faz parte do escopo do Plano Operativo da FEMAR  
75 e com isso, a partir do momento que a Organização Social abre o processo ele tem como operadora a Fundação Estatal é ocorreu duplicidade de  
76 objeto de contrato. Isso é alvo de questionamento, então por isso a Organização Social, não avançou com o processo e a FEMAR vai avançando  
77 com o processo de locação a partir do momento que o escopo do Melhor em Casa, passa a ser da Fundação Estatal. A Secretária Geral diz que o  
78 que ficou muito claro aqui no ofício que recebemos como resposta é que tudo aquilo que tínhamos falado não era verdade e isso ficou realmente  
79 muito desagradável, ela se sentiu ofendida, porque acha que não estamos aqui brincando, somos Conselheiros, temos que ter responsabilidade e  
80 ficou muito desagradável. Fizemos uma visita, fizemos um relatório porque a nossa missão é que se encontramos uma irregularidade retratarmos  
81 para a Secretária para que as Providências sejam tomadas e a resposta vem dizendo que não é nada disso que vocês viram. **Quarto ponto da**  
82 **pauta.** Apresentação relação dos processos vencidos (Marcelo Rosa). O Presidente diz que isso tinha sido sugerido pelo Conselheiro Marcelo  
83 Rosa para ser inserido como ponto de pauta para essa reunião, mas ele não veio. Pergunta a Secretária Geral quais são as justificativa de faltas.  
84 A Secretária Geral lê as justificativa de faltas da Conselheira Cláudia pôr o motivo de conclusão do curso, Conselheiro Rodrigo Cantini por  
85 motivo de foro pessoal, Conselheiro João Guilherme por motivos pessoais, Conselheira Adriana por motivo de doença e o Conselheiro Marcelo  
86 Rosa também por motivo de doença. O Presidente diz que o quarto ponto da pauta já deixa como sugestão para a próxima reunião. O Conselheiro  
87 Moisés diz que quer deixar registrado aqui que precisamos olhar pela nossa responsabilidade que essa é a terceira reunião desse colegiado sem  
88 a transmissão, inclusive não seguindo uma orientação do Ministério Público. Fala que esteve aqui numa audiência pública do ISSM - Instituto  
89 de Seguridade do Município de Maricá e a prefeitura estava aqui prontamente transmitindo no canal do You Tube. Sobre a ausência do Presidente  
90 da FEMAR Marcelo Rosa, acha que é uma grande perda dele não poder estar aqui, entendemos a justificativa, mas este é um dia muito especial,  
91 porque grande parte das pessoas que estão lá fora, são pessoas trabalhadoras da política de saúde de Maricá Agentes Comunitários e pessoas  
92 aprovadas no concurso público para Fundação Estatal de Saúde e esperam respostas, tantos os agentes comunitários, quanto as pessoas que foram  
93 aprovados no concurso. Sobre a última reunião o Marcelo falou que para contratar pessoas, pede gentilmente a Conselheira Juliana se puder nos  
94 ajudar nessa resposta enquanto esperamos o Marcelo vir aqui enquanto Presidente. Mas ele falou na última reunião que estão dependendo de  
95 alguns processos andarem para conseguir contratar essas pessoas e serem convocados e uma das coisas que foi falava era que está finalizando  
96 uma parte da compra de insumos. Na sua cabeça não conseguiu entender o que impede por exemplo a contratação dos Agentes Comunitários de  
97 Saúde como por exemplo insumo, estamos falando de material humano, recurso humano é que vai mudar o rito, desde deixar de ser trabalhador  
98 do Instituto que é uma OS e passe a ser trabalhador de uma Fundação Estatal, para qual prestou concurso. Então uma pergunta para o Presidente  
99 da Fundação que lastima que ele não esteja aqui presente, na última reunião do Conselho, foi dito que faltavam dois meses para terminar os  
100 processos de compra dos insumos, ele falou e está registrado em ata, precisamos ter certeza se a partir do final do mês de outubro e início do  
101 mês de novembro começarão as convocações, porque quando falamos de gestão pública ou Administração pública, pressupomos planejamento,  
102 precisa haver um planejamento até tem uma Secretária de planejamento. Qual é o planejamento para contratação dessas pessoas que têm contratos  
103 que vão vencer agora em breve, em Fevereiro e não sabe o que vai ser da sua vida, continuam trabalhando, não trabalham, para onde que  
104 vão? Tem pessoas que estão lá fora esperando e não sabe quando vão ser convocados, então precisamos responder a esse público que está aqui,  
105 que lutou em massa, tem uma comissão de acompanhamento de concurso público acompanhando, então precisamos dessa resposta. Infelizmente  
106 o Presidente da Fundação não está aqui, acha uma grande perda de não estar aqui hoje. Ainda sobre esse ponto pede a Conselheira Juliana, nossa  
107 Secretária de Saúde e já que está com a palavra e vai concluir. É sobre uma questão que é muito importante e já vem se arrastando há muito  
108 tempo, sobre os Agentes Comunitários de Saúde e a questão da insalubridade quando não se tem lei específica, quando se tem piso, legislação  
109 Federal, a insalubridade é pago 20% em cima do salário mínimo o que não é o caso do Agentes Comunitários de Saúde, o Agente Comunitário  
110 de Saúde tem legislação própria, piso Nacional é pago 20% em cima do piso e o que está acontecendo na Prefeitura de Maricá hoje, é o seguinte:  
111 Eles estão percebendo valores inferiores ao que deveriam receber. Então vem aqui propor por exemplo que podemos publicizar depois, colocar  
112 em slide ou em outros locais disponíveis, mas tem por exemplo parecer da própria Procuradoria desse município dizendo que tem que pagar o  
113 que se deve aos Agentes, inclusive com retroativo, está documentado e protocolo no processo. Então qual é a pergunta? quando eles vão começar  
114 a receber de forma correta? porque a Procuradoria já deu parecer, a Secretária falou que tem que pagar, a GNOSIS diz que está pagando, mas  
115 não está pagando, porque já tive acesso a contracheque em que não aparece o valor, então é uma outra pergunta. Quando que os Agentes  
116 Comunitários vão ser respeitados e terem direito àqueles valores que eles merecem, que são devidos conforme a legislação e não o que uma



117 Organização quiser, mas uma legislação que está dizendo que eles têm que receber. Agradece pela presença de todos os Agentes Comunitários,  
118 diz que vai continuar nessa caminhada cobrando e não vamos desistir. **Quinto ponto da pauta.** Apresentação de relato (Denise). O Presidente  
119 passa a palavra para a Conselheira Denise que diz que é muito importante e uma satisfação enorme, os Conselheiros que estão aqui brigando pela  
120 saúde de Maricá com uma plateia cheia, espera que todos possam voltar sempre, é muito bom tê-los aqui. Diz que no dia 20 do mês passado ou  
121 atrasado veio uma missão da CISTT Estadual do Conselho Estadual para trazer uma demanda para a Secretária de Saúde emergencial, no dia 22  
122 teríamos uma reunião com a Metropolitana II e sofreu um grave constrangimento por não avisar ao Conselho que ia falar com a Secretária de  
123 Saúde. Afirma que é uma lástima que isso aconteça, todo Conselheiro ou qualquer um tem acesso livre, não precisa de permissão, não precisa  
124 comunicar, então trouxe aqui um texto das leis, que diz à disposição da lei 8.080 de 19 de setembro de 1980, a Lei 8142 de 28 dezembro de  
125 1999, pela lei complementar número 141 de 13 de Janeiro de 2012, pelo decreto 58 39 de 08 de julho 2000 e em cumprimento à disposição da  
126 Constituição da República Federativa Brasileira pois relata que considerando que a Constituição Federal de 1988 presente no artigo 196 que a  
127 Saúde é direito de todos, dever do Estado garantido mediante conquistas sociais que juntam comunidade e Gestão Pública, com acesso amplo e  
128 irrestrito, que visam à redução de risco de doenças e outros agravos ao acesso Universal igualitário e as ações de serviços públicos de saúde, deve  
129 ser observada a participação da comunidade. Artigo 198 inciso 3 considerando a necessidade da participação do controle social no processo de  
130 elaboração, revisão de políticas de saúde e de movimento relativo à população, não podendo haver nenhuma forma de restrição ao acesso por um  
131 controle social a qualquer gestão pública. No dia 20 de agosto foi chamada pela Comissão Estadual da Conferência do Trabalhador e a solicitaram  
132 que organizasse uma oficina preparatória para a Conferência de Saúde do Trabalhador na Metropolitana II, com um prazo de 15 dias e como a  
133 reunião do Fórum da Metro II seria no dia 22 a situação se tornaria mais urgente, ligou para a Secretária de Saúde pedindo uma agenda  
134 urgentemente para saber da disponibilidade da Secretária para receber 80 pessoas no prazo de 15 dias, se preocupou em convidar Conselheiro  
135 Moisés por ser de Sindicato no que foi orientada, o Conselheiro Jorge por fazer parte da Comissão da CISTT Estadual e a Coordenadora do  
136 CEREST Maricá. Após a reunião os documentos produzidos seriam levados ao CMS-Maricá para oficialização dos mesmos. No término da  
137 reunião com a Secretária de Saúde, com muito cuidado lhe passou que só poderia receber Conselheiros mediante o comunicado oficial do CMS-  
138 Maricá. Ela já havia dito a Secretária de saúde que estava ali como representante da Metropolitana no Estado e que foi deliberado por esse pleno  
139 e após sair, iria ao Conselho levar a ata e pedir que fizesse para ela apresentar no Fórum, todo e qualquer documento só pode ser oficializado no  
140 Conselho. Diz que representando o CMS-Maricá na Metropolitana II e CES não tenho respaldo para ir a gestão do meu Município? Deixa o seu  
141 repúdio às ações que provocam constrangimento aqueles que trabalham voluntariamente com muita vontade de contribuir e também fica a minha  
142 solicitação à gestora para que oriente seu staff, a não intervir entre Conselheiros e Secretaria do Conselho para evitar maiores constrangimentos.  
143 Todos Conselheiros que forem tratar de assunto do CMS, com certeza se reportará ao mesmo, toda a dúvida deve ser esclarecida em plenário,  
144 além de passar pelo conhecimento do Conselho não haverá mais equívoco. Diz que fez esse relato por conta de um constrangimento muito grave,  
145 é uma pessoa extremamente sério e tem certeza que nesse pleno só tem pessoas sérias e comprometidas, que jamais procuraria uma Secretária de  
146 Saúde por qualquer motivo, que não fosse uma solução e até mesmo quando tivermos qualquer problema pessoal temos absoluto direito de ir ao  
147 gabinete da Secretária. Após esse evento ficou na portaria da FEMAR. Onde foi impedida de subir, recebeu um comunicado que aguardasse na  
148 portaria da FEMAR, outra irregularidade bárbara que acontece nesse Conselho, é negado aos Conselheiros identificação, o Conselho Estadual  
149 de Saúde está pedindo a todos os Conselheiros uma foto com fundo branco, porque todo o Conselheiro tem direito a sua identificação, é alegado  
150 que Conselheiro pode ter um mau comportamento. Se o Conselheiro tiver um mau comportamento ela vai responder. Você é um agente público  
151 funcionário, vamos dizer a vigilância resolve fazer uma coisa impropriedade em qualquer lugar, ele vai responder. Afirma que está sendo negado  
152 ao Conselheiro a sua identificação, os coletes que são para todos os Conselheiros, são guardados na sala e emprestados aos Conselheiros por que  
153 podemos usar de forma ilegítima, isso é um constrangimento, é um desrespeito absoluto, espera realmente e sinceramente que o Conselheiro  
154 voluntário que trabalha com muita seriedade, respeito e determinação seja respeitado por esse Conselho de Saúde, que além de nos ser negado  
155 diária, além de ser negado todo tipo de apoio ainda passamos por constrangimentos severos e muitos desagradáveis. Informa a todos que lhe  
156 passaram a missão de fomentar a Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora para Metropolitana II, que são quatro municípios que  
157 compõe com Maricá, esses municípios há muitos anos faziam queixa no Fórum da Metropolitana II, sobre o não acesso, a falta de cuidado de  
158 Maricá com os mesmos. Então chegou a oportunidade para Maricá ter uma redenção, fazendo trabalho muito bacana, muito legal para abraçarmos  
159 esses quatro municípios, Tanguá, Itaboraá, Rio Bonito e Silva Jardim, a Secretária que foi extremamente solícita, hoje estamos sendo muito  
160 abençoados por uma médica muito ética e profissional. Diz que está fazendo um relato e não tem tempo. O Presidente responde tem tempo sim.  
161 A Conselheira Denise diz que não, você é o Presidente e está enganado e vai terminar e vai trazer informações do Estado, pergunta qual é o  
162 tempo que lhe deu? O Presidente diz que dentro desse relato que a Conselheira está falando, já saiu do relato, está viajando em várias esferas e  
163 retornando, só peço que a senhora tenha respeito por esse plenário, pela plateia e saiba que nós temos 17 pontos de pauta e que conclua sua fala.  
164 A Conselheira Denise diz que está falando da Conferência que está no relato, que só Conselheiro Usuário não tem tempo aqui Presidente, se  
165 fosse a Gestão falando não teria, vai concluir, a Oficina de Saúde do Trabalhador que foi o motivo pelo qual trouxe à Secretária, que passou um  
166 bárbaro constrangimento promovido por esse Conselho, será no dia 04 de novembro, local e outras informações virão posteriormente. O Fórum  
167 será no dia 25 de novembro em Itaipuaçu, não é isso Secretária? Como é o nome da escola? E a Conferência provavelmente será em 25 de abril  
168 então é isso, e outra coisa que precisa relatar que trouxe uma função do CES e como representante preciso falar. O SMAIB é um sistema que  
169 todos aqui devem conhecer, os profissionais que é para se colocar os dados pactuados, a Pactuação Bipartite; pedi ao Conselheiro Moisés, por  
170 favor, que desse um auxílio caso cometa algum erro, dois Conselheiros usuários têm a obrigação de participar junto com a gestão dessa pactuação  
171 bipartite e a Mônica também, afirma que até hoje não foram convidados, não foram citados, a Conselheira Rose Mary ainda não tem a sua senha,  
172 mas o CES está solicitando a todos os municípios que abracem o mais rápido possível essa causa, que o SMAIB seja muito bem abastecido e  
173 outra coisa, não sabia nem que existia uma prioridade para exames de hepatite B e C, existe um grande índice, são doenças que não têm sintomas,  
174 que quando as pessoas vão perceber elas já estão prontas para fazer transplante do fígado, que as pessoas tenham atenção, que Conselho de



175 Saúde de Maricá, venha acelerado nesses assuntos, a Metropolitana II e a Metropolitana I no Rio de Janeiro, estão campeãs de SIFILIS e SIFILIS  
176 congênita, então é uma coisa para prestarmos muita atenção, apesar dela estar sendo apertada aqui quando quer falar, isso é um problema muito  
177 sério que os Usuários têm tido aqui, são esses informes que precisava dar e fica aqui um apelo a toda a população que participa desse Conselho  
178 para que ajude o usuário a ter o direito de exercer a sua função com dignidade. **Sexto ponto da pauta.** Convite a um representante da obstetria  
179 ou da Direção do Hospital Conde Modesto Leal (Edson). O Presidente passa a palavra para o Conselheiro Edson que diz que esse convite foi  
180 feito para que Fosse gentilmente explicado sobre as mortes das crianças, porque queria saber do hospital, o que está acontecendo e o porquê das  
181 incidências dessas mortes? Está começando relatos de negligência médica, então estávamos esperando a vinda deles para que fizéssemos alguns  
182 apontamentos, para que possa ser parado, não pode esperar muito para cobrar algo que já possa estar sendo feito ( não deu para transcrever na  
183 integra porque não consegui entender o que o Conselheiro falou na gravação). A Conselheira Juliana diz que vai falar aqui, mas não em nome do  
184 Diretor Técnico do hospital, mas falar de tudo aquilo que temos cobrado como ente público. Todos esses casos, todo óbito que acontece,  
185 principalmente o óbito fetal e o óbito materno, ele é analisado pela Comissão de óbitos da Vigilância Sanitária, tem uma representante, a  
186 Coordenadora de Vigilância é a Michele e todos esses órgãos, eles passam por uma comissão de análise. Então ele é investigado, rastreado e o  
187 que a Secretaria de Saúde em cada um desses eventos que fez, selecionou a solicitação oficial de abertura de sindicância, então a Secretaria de  
188 Saúde solicita a Organização Social que faz a gestão do hospital esclarecimentos e a gente oficializa esse tipo de esclarecimento e a gente recebe  
189 qualquer dúvida. Nesse período é a própria gestão da Organização Social junto com a Direção do hospital que implementaram uma série de  
190 capacitações para médicos, enfermeiros, técnicos e até mesmo para o administrativo de setor além do hospital inteiro, mais específico para o  
191 setor da maternidade para implementar outras medidas, inclusive vinculadas o que o Ministério da Saúde preconiza de parto humanizado, então  
192 todas as demandas do parto humanizado começa não só dentro da Maternidade, mas começa na assistência ao pré-natal e ter essa visão toda é de  
193 fundamental importância, que temos que cobrar por isso enquanto ente público. Recebemos a última sindicância que envolveu o caso o neto do  
194 Pery que foi trazido aqui para o Conselho todos os esclarecimentos, essa sindicância foi enviada ao Conselho Regional de Medicina, ao Comitê  
195 de ética, então o hospital tem uma Comissão de ética médica, abriu e concluiu a sindicância e enviaram ao Conselho de Medicina e a Organização  
196 Social e enviou para ela essa semana que questionou e pediu o resultado da sindicância, enviou para ela essa semana uma solicitação de uma  
197 outra abertura de sindicância, administrativa pela própria Organização Social. Então segue uma sindicância da Comissão de ética médica que  
198 foi enviada para o CREMERJ, ela não teve acesso nesse momento e seguem outras sindicância que foram solicitadas. Eles têm um prazo de até  
199 30 dias para resposta e está na aguardo dessa resposta enquanto representante público, então não pode falar exatamente por eles ou de detalhes  
200 técnicos, mas todas essas informações foram trazidas pela Direção do hospital e pela própria gestão da Organização Social. O Conselheiro Edson  
201 pede que quando chegar a resposta desse ofício se pode enviar para o Conselho, por favor. A Secretária Geral diz que gostaria de um  
202 esclarecimento, porque às vezes as notícias chega pela imprensa, que teve tantos casos que aconteceram no hospital. Veja bem o Conselho só  
203 pode se manifestar daquilo que chega oficialmente para ele, então o que chega pela imprensa até podemos tentar apurar o que está acontecendo,  
204 mas cabe a pessoa que se sentiu de alguma forma ultrajada, que teve algum problema, ela tem que fazer esse relato por ela, seja por e-mail do  
205 Conselho, seja pessoalmente no Conselho, tem que chegar isso oficialmente aí sim, o Conselho vai tomar providências com a Comissão da  
206 Saúde da Mulher, como nós tivemos reunião com a Diretoria do hospital no primeiro caso, estamos avaliando o que chega para nós dos resultados  
207 que pedimos da Secretaria, do prontuário da paciente, estamos avaliando para fazer o relatório, só não podemos nos manifestar quanto ao ato  
208 médico que isso é uma questão do Conselho Regional. O Conselheiro Edson diz que não veio fazer reclamação baseado em um relato da imprensa,  
209 muitos casos chegam diretamente a ele, alguns casos falou direto com o Conselheiro Marcelo Rosa. Então quando está vindo algum pedido que  
210 ele faz é que pedido vem direto de um Usuário não é de imprensa, tem relato, documento e encaminhamento. A Secretária Geral diz que o ideal  
211 é que chegue oficialmente ao Conselho e que a própria pessoa vá lá fazer esse relato para encaminharmos quer seja através de qualquer  
212 Conselheiro ou do próprio Usuário. A Conselheira Juliana Responde ao Conselheiro Moisés, para responder aos três questionamentos: material  
213 de filmagem do Conselho já foi aberto novo processo administrativo nº 16717/24, para aquisição de material para fazer transmissão online e ao  
214 vivo das reuniões do Conselho e trazer muitas simulações das nossas reuniões, em relação a insalubridade dos ACS a Organização Social pagava  
215 em cima do salário mínimo e a recomendação que temos da legislação prevista é em cima do salário base e foi aprovado pela Procuradoria. Nós  
216 fizéssemos essa cobrança a CADE e CAFE são as duas comissões de fiscalização e a outra de desempenho fizeram ofício cobrando a  
217 Organização Social que cumpriu o que determina a área de atuação, então nós fazemos essa solicitação, eles responderam falando que vão se  
218 adequar o mais breve possível para que isso aconteça; então há está cobrança em relação a Insalubridade dos colaboradores ACS e uma outra  
219 questão que talvez você tenha falado também que é a questão dos Agente Comunitários de Endemias e os servidores em 074/08/2024, recebemos  
220 um ofício nº 2563 da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro falando sobre pagamento de um adicional para agente de combate a Endemias, mas  
221 isso é somente vinculado aos servidores estatutários, não se relaciona aos Agente Comunitários de Endemias que sejam celetistas. O Conselheiro  
222 Moisés pergunta sobre o concurso, se tiver alguma fala nesse sentido e sobre a insalubridade é importante ressaltar que não basta só se adequar  
223 a realidade daqui para frente, precisamos pagar os retroativos também, porque tem valores retroativos a serem pagos. A Conselheira Juliana diz  
224 que sobre a Fundação Estatal não tem como falar porque eles têm autonomia própria, o concurso feito pela Fundação, toda estrutura que eles  
225 possuem, então a Secretaria de Saúde fez uma cobrança no início desse mês sobre o concurso, na verdade a Fundação comunica a Secretaria  
226 respondemos validando, dando anuência da convocação, então enquanto Secretaria de Saúde não tenho autonomia jurídica para responder em  
227 nome da FEMAR **Sétimo ponto da pauta:** Pedido de Auditoria Sobre as verbas do CMS-Maricá (Edson) O Presidente passa a palavra para o  
228 Conselheiro Edson que diz que em virtude de tudo que está acontecendo no nosso grupo, já foi pedido a mais de um mês uma resposta e até em  
229 se criar uma legislação própria, então pedi que vote a favor de uma auditoria nas contas do CMS em virtude do que vem acontecendo até que  
230 se possa ter uma legislação própria sobre a utilização da verba do Conselho. A Conselheira Denise pede a Conselheira Juliana para que houvesse  
231 um cuidado maior por parte do seu staff. Foi colocado por nossa Secretária Executiva se ela teria condição de pagar pedágio e o estacionamento  
232 pois foi uma pergunta do gabinete. Diz que sentiu-se muito incomodado porque sempre paga a muito tempo, a responsável pelo transporte, manda



233 para o Conselho de Saúde uma pergunta e a Secretária colocou no grupo e ela sentiu um baita constrangimento, já tem um ano que foi deliberado  
234 que ela e o Conselheiro Jorge teriam diária para o nosso trabalho no Estado. Não recebemos, pagamos tudo do nosso bolso, mas quando chega  
235 no final do ano não temos nenhum tipo de apoio da verba do Conselho, mas no final do ano essa verba foi gasta, acha que é um direito do  
236 Conselheiro que haja uma auditoria pelo Tribunal de Contas e haja uma força de cima, de algum lugar para que venha orientar a Controladoria.  
237 Diz que quer deixar muito claro aqui, nenhum Secretário, nem a que está aqui, nem mesmo os anteriores são responsáveis pela situação. Isso é  
238 um problema exclusivo da Controladoria e Procuradoria do município. A Verba é gasta, foi reduzida com alegação de que não é usado pelo  
239 Conselheiro, quando Conselheiro tem tudo negado. A verba que era de R\$ 200 mil, foi reduzida para R\$ 146 mil, sem que nós tivéssemos direito  
240 ao acesso. Então é uma discrepância, uma falta de respeito, está no Conselho há 12 anos, trabalhamos muito, com comprometimento, e gasta do  
241 seu bolso. O Presidente pergunta qual foi o pedido pelo Conselheiro para que se colocasse em votação, como falou com a Conselheira Denise  
242 precisamos estar sempre buscando a força do Regimento Interno, para que não haja discussões e manifestações no momento da votação, vai ser  
243 franqueada a palavra para aqueles que gostarem de fazer o uso de sua palavra para se manifestar antes do momento da votação. Diz que gostaria  
244 de deixar bem claro que o meu posicionamento é totalmente contrário em fazer um pedido de auditoria das contas do município, interrompe  
245 pedindo a Conselheira Denise que por favor mantenha o decoro e o respeito porque a senhora por diversas vezes reclama que existem expressões  
246 faciais por parte de Conselheiros contra você, e então pede a Conselheira que se contenha. Retomando a sua fala. Diz que não é contrário a que  
247 se viabilize, se busque junto seja o órgão que for, uma forma de se legislar, de se criar uma normativa que possa regulamentar a utilização de  
248 uma verba de forma mais segura, eficaz e mais célere para qualquer Conselheiro. Não é justo Conselheiro ser voluntário principalmente, e  
249 considera que o usuário voluntário para estar aqui, dispense do seu tempo e dinheiro que é seu, não é oriundo do trabalho adquirido no Conselho,  
250 porque o Conselho é voluntário, é completamente a favor, só que mais uma vez volta a pontuar que o caminho para se procurar viabilizar essa  
251 ou qualquer outra situação é através de consulta ao órgão que for, seja Controladoria Geral do município, seja Procuradoria Geral do município  
252 agora, porque tenho uma insatisfação por não estar tendo viabilidade, eu quero que se investigue as contas do Conselho. Não é contra a investigar  
253 contas nem do Conselho, nem da Secretária, do fundo de saúde, do prefeito, do Papa de quem quer que seja, só acha que isso não é uma justa  
254 causa, não é um justo motivo. Olha só que vergonha, que vexame para o Conselho, não diz para os Conselheiros, é com você, não é com a  
255 Denise, não é com ninguém, é o Conselho, imagina na cabeça de quem recepcionar um escritório do Conselho no Tribunal de Contas, “o Conselho  
256 Municipal de Saúde de Maricá, vem solicitar que este Tribunal ingresse como uma auditoria nas contas públicas relativas ao Conselho Municipal  
257 de Saúde”. Qual é o motivo? Temos que justificar o motivo, por que que estamos pedindo isso? é indício de algum superfaturamento na conta ou  
258 de algum problema nas transferências de valores, repasse e tudo mais, não, é porque estamos insatisfeitos porque não está sendo viabilizado uma  
259 forma de se gastar esse recurso. Então o que está querendo chamar atenção aqui é a forma da justa causa que devemos colocar nesse documento  
260 Independente, se ele for aprovado, ele precisa ter uma justa causa para ser enviado para o Tribunal e a justa causa não pode ser, abrir uma auditoria  
261 nas contas do Conselho porque existe uma insatisfação, mas quem insatisfação é essa? Insatisfação é por conta de algum indício de irregularidade  
262 nas contas ou porque eu não estou conseguindo ter acesso a utilizar o que está naquela conta? A insatisfação é porque os Conselheiros não estão  
263 conseguindo ter acesso ao que está lá nessa conta para fazer a utilização de uma forma mais eficaz mais célere? Isso não é uma auditoria que  
264 precisamos pedir se é o outro meio ou outro caminho, então se ao pé frio da letra porque está proposto na pauta; que foi proposto pelo Conselheiro  
265 Edson será contrário no momento de votação. O Conselheiro Cunha diz que está no Conselho há três anos e até hoje nós pedimos essa condição  
266 desse repasse, sempre esse repasse está passando aos Conselheiros, quando passa, sempre com atraso, é a favor sim da sindicância e que poderia  
267 colocar para votação e aqueles que são contra, ganha a maioria. A Conselheira Denise diz ao Presidente que a fala não é por falta de acesso  
268 não. A fala é gasto no final do ano e nós não sabemos o porquê de serviço de terceiros, verbas extraordinárias quando não são para aquela função  
269 que está sendo dita, auditoria é pedida por que? O contador da Prefeitura nunca esclarece com o que é gasto, debocha dos Conselheiro dizendo  
270 que não tem como reparar, as coisas estão interligadas, sua colocação, realmente não cabe, se é gasta a verba os Conselheiros têm direito de saber  
271 com que é gasto, se diante de 500 escritórios solicitando explicação com o nome do que é gasto e isso não vem, o caso é auditoria dos órgãos  
272 fiscalizador, justamente a nossa verba deixa de ser fiscalizada. Quer dizer, ela é usada em uma função a qual não sabemos no que, pelo que leu  
273 no dia que estava a Conselheira Mary e a Contadora que só a Conselheira Mary participa da Comissão trabalhando, estudando, está falando  
274 porque presenciou várias vezes, leu coisas que lhe assustaram, só que esses documentos sumiram, depois que voltou para procurar outros  
275 documentos que viu um gasto completo completamente estranho, porque não pode acusar sem prova. Então está pedindo prova para que possa  
276 acusar, se somos um órgão fiscalizador, acha mais que justo que chegue no Tribunal de Contas o pedido de fiscalização. O Conselheiro Cunha  
277 diz que é até bom a questão da auditoria para saber quem está certo e quem está errado. O Presidente pergunta se mais alguém gostaria de fazer  
278 uso da palavra? Coloca em votação. Votos a favor os Conselheiros: Rose Mary, Anna Quintanilha, Denise Marchon, Antônio Carlos Cunha,  
279 Antônio Carlos Rego e Souza, Edson, Eliane, Leila, Jorge Alberto, Marcos Pires. Votos contra Conselheira Juliana e Bruno, foi aprovado por  
280 10 votos a favor. Diz que vamos fazer um escritório encaminhado ao Tribunal de Contas para fazer a solicitação de auditoria, mais uma vez deixa  
281 aqui registrado a sua não aprovação dentro daquilo que foi proposto, se houvesse uma proposta, dizendo que precisamos fazer auditoria porque  
282 vem acontecendo isso, estamos suspeitando disso, isso não está batendo, a pauta foi sugerida desde a última reunião, foi defendido por você  
283 dentro de um posicionamento e dentro desse posicionamento do é contrário. **Oitavo ponto da pauta:** Apresentação do RDQA, referente ao 2º  
284 Quadrimestre de 2024 (SMS Enviado por e-mail). O Presidente passa a palavra para a Sra. Mônica, que se apresenta dizendo que é da Secretaria  
285 de Saúde, responsável pelo planejamento da Saúde Hoje estamos fazendo a apresentação do segundo relatório quadrimestral do ano 2004, esse  
286 relatório sempre fazemos audiência pública na Câmara e antes fazemos a apresentação para o pleno do Conselho. Esse relatório é baseado na lei  
287 141 de 2012. Compreende o período de maio a agosto, a maioria dos dados na realidade são apresentados e retirados do sistema DIGISUS do  
288 Ministério da Saúde e busca essas informações de todos os sistemas de informações de internações hospitalar, ambulatorial e o SIOPS que é um  
289 sistema de informação financeira e esse ano está com problema; quem abrir a página do DIGISUS vai ver que tem uma nota informativa que o  
290 SIOPS está inoperante, então esses dados foram gerados pelo nosso Fundo Municipal de Saúde, porque eles também são apresentados ao Tribunal



291 de Contas do Estado de acordo com a legislação da LRF, todos esses dados são de acesso público e aberto. fala um pouco sobre a lei 141, que  
292 determina como devem ser esses relatórios e no artigo 36 fala o que temos minimamente que fazer; a apresentação na audiência pública que seria:  
293 montante de fonte de recursos aplicados no período, auditorias realizadas ou em fase de execução nesse período, com as recomendações e as  
294 determinações que vierem desses órgãos de controle externo, e em terceiro lugar a oferta e a produção de serviços públicos na rede assistencial  
295 própria, contratada, conveniada ao SUS; cruzar esses dados com os indicadores de saúde da população. O Conselheiro Moisés faz uma sugestão  
296 repetindo a mesma coisa que falou quando foi apresentada a Pactuação é um assunto relevante que demanda toda a atenção, não dá para passar  
297 a toque de caixa. Sugere uma reunião extraordinária apenas para esse ponto de pauta, porque acha que é correr com algo extremamente importante  
298 para o município. A Conselheira Juliana concorda com o Conselheiro Moisés, se for possível, porém o mais importante é a presença da maioria  
299 dos Conselheiros porque são dados importantes, públicos e dados que mostram a transparência de qualquer gestão, é importante lembrando que  
300 a nossa audiência pública vai ocorrer na próxima segunda-feira dia 30/09, às 14 horas. A Mônica faz uma contraproposta até respeitando as outras  
301 pessoas que também estão aqui, faria um condensado de alguns pontos, um apanhado para uma apresentação rápida para dar uma ideia do geral  
302 e faz uma extraordinária para o Conselho com calma e tranquilidade. O Presidente diz que acredita que seja até para não perder a oportunidade  
303 já que temos a audiência pública, nada impede que os dados sejam revisados a qualquer tempo, acha que seria interessante ela fazer um apanhado  
304 mais generalista e depois a gente retomar pautando ponto a ponto. A Mônica diz que vai fazer uma apresentação mais rápida aqui, mostra as  
305 informações do território, da Secretaria de Saúde, sobre regionalização, destaca que a população foi revista agora em 2024 através do Censo  
306 2022, hoje temos uma população de 211 mil habitantes pela revisão do IBGE, no Conselho Municipal de Saúde destacamos a paridade, falamos  
307 das causas de internação hospitalares, fala da morbidade que seriam as causas do adoecimento, o porquê que as pessoas foram internadas, então  
308 fazemos epidemiologicamente falando, limpamos os dados e excluí as informações a respeito de parto, porque não necessariamente essas  
309 internações ocorreram por motivos de doença. Destaca as três principais causas de internação: como principal causa de internação lesões,  
310 envenenamentos e causas de consequências externas 1172 causas, 1399 por doenças do aparelho digestivo, 1006 do aparelho circulatório. Fala  
311 sobre as ações e serviços públicos de saúde que seriam todas as ações de saúde, consultas, tratamentos e exames que dividido na atenção básica,  
312 onde temos a visita domiciliar, atendimento individual, procedimento e atendimento odontológico totalizando 1.102.081 de atendimentos de  
313 janeiro a agosto dentro da atenção básica. Apresenta os dados relativos a urgência e emergência, a UPA de Inoã e o Santa Rita, cita os  
314 procedimentos realizados em cada unidade. Fala da rede ambulatorial de especialidade hospitalar, temos dois hospitais, o HMCML e o Hospital  
315 Ernesto Che Guevara, na rede ambulatorial especializada temos o Centro Materno Infantil, CDT, Ambulatório Péricles; são todas essas unidades  
316 que tem especialidades diferente mais todos os exames clínicos e radiológicos; apresenta o quantitativo dos atendimentos de internações,  
317 cirurgias, oito ações de transplante de órgão, tecidos e células. A Conselheira Rose Mary pergunta sobre o item 5, ele aparece no item 8 com 20  
318 mil e poucos, no quadro anterior tem 6. A Mônica diz que o que acontece é que aquele 6 ele aconteceu na urgência e emergência e esses 8 direto  
319 na parte hospitalar. A Conselheira Rose Mary pergunta se os dois não entram com AIH. A Mônica diz que acha que é diferente, que pode  
320 consultar, porque esses dados foram tirados do DIGISUS; vai consultar o Aridelson o porquê dessa diferença. Mas é pela forma de entrar desses  
321 pacientes no sistema que esse foi direto para o hospital e o outro foi via emergência. A Conselheira Rose Mary diz que dessa forma ficou confuso.  
322 A Mônica diz que é a forma de entrada do paciente. Que irá tirar as dúvidas e trazer na reunião extraordinária essas respostas para você. Fala  
323 da rede física, demonstrar todas as unidades que tem e aonde, aquela produção que falou antes é feita. Diz que na esfera dá atenção básica  
324 temos 27 unidades de Saúde da Família, com 30 equipes de saúde bucal, EMULT são 06, Consultório na rua 01 equipe, 57 equipes de saúde da  
325 família e 01 equipe de saúde da família que é considerada equipe saúde indígena, ao todos são 58, 57 tradicionais e uma indígena, fala da rede  
326 de média e alta complexidade: Ambulatório Péricles, Centro Materno Infantil, 02 Hospitais gerais, Caps álcool e drogas, CAPS tipo 3 que  
327 funciona 24 horas, 03 residências terapêuticas, 03 Laboratórios clínicos, sendo 01 público e 02 conveniados, 01 laboratório de saúde pública, 01  
328 CEO tipo 1, SAMU: 01 unidade básica em Itaipuaçu, 01 unidade avançada no hospital Conde, 01 motolância no Conde e 02 bases novas que  
329 são as bases de Ponta Negra, Upa tipo 1 em Inoã, CRED que é o Centro de Reabilitação, Posto de Saúde Santa Rita que faz a parte de urgência  
330 e emergência, CDT, CEREST. Na parte de diagnóstico por imagem, temos 02 públicos e 03 conveniados ao SUS. As equipes multiprofissionais  
331 da atenção especializada em Saúde Mental são 04, é uma que atende por cada distrito, SAD que é o Melhor em Casa temos 03, o serviço de  
332 reabilitação domiciliar SRD é 01 e o serviço de atendimento especializado que é o SAE é 01 também. Essa é a rede contratada e conveniada do  
333 município. Com relação as auditorias temos duas auditorias em andamento, a gente já vem falando dela há um tempo, cada uma originou um  
334 processo TCE/RJ nº 231.465-7/22. Então na realidade todas as auditorias são feita pelo Tribunal de Contas e até o momento não teve um desfecho,  
335 uma finalização com um parecer final ou uma recomendação do Tribunal de Contas para o município. Então essa auditoria ela é para verificar  
336 a legalidade do contrato de gestão nº 018/2020 que é o contrato da Secretaria de Saúde com a GNOSIS, o TCE/RJ encaminhou uma decisão em  
337 sede de cognição sumária; a Secretaria, por sua vez, apresentou resposta à Corte. Até o presente momento ainda não foi proferido o relatório final  
338 pelo TCE. A segunda auditoria TCE/RJ Nº 179/2022 Originou o Processo TCE/RJ nº 204.353-9/22, Objeto da Auditoria: Verificar a regularidade  
339 da gestão de pessoal das instituições do terceiro setor prestadoras de serviço de saúde para o município, bem como da estrutura municipal criada  
340 e organizada para o efetivo controle e fiscalização dos contratos firmados. a Doutora Juliana já falou anteriormente que temos duas estruturas a  
341 CAD que a Comissão de Avaliação Desempenho que faz a avaliação da questão administrativa e assistencial e a AQF que faz a avaliação das  
342 questões financeiras, pagamentos e glosa que é com eles. O Andamento: Recebido Acórdão TCE/RJ definindo 180 dias para implementação de  
343 ações sobre atribuições dos órgãos internos da SMS, bem como adoção de medidas necessárias junto às OSS visando fortalecer as ações de  
344 controle e fiscalização do Contrato de Gestão por parte da Secretaria Municipal de Saúde. e essas ações já são feitas semanalmente, fazemos  
345 visita a unidades de saúde. Em relação aos indicadores de saúde, como foi falado anteriormente sobre o SMAIB, vou até fazer uma colocação  
346 em relação ao SMAIB, houve um problema inicial para liberação do acesso da Conselheira Rose Mary, mas quando isso foi reportado entrei em  
347 contato e os responsáveis pelo sistema imediatamente liberaram, até questionei a Laudeci, que me falou que tinha comentado com a Conselheira  
348 Rose Mary. Explica que alimentação do SMAIB foi feita pelo Conselho na data certa, está com tudo inserido no dia 9. A Conselheira Denise



349 interrompe e afirma que não foi pelos Conselheiros. A Mônica diz que estávamos ela, a Conselheira Rose Mary e Laudeci, que tem também a  
350 senha. A Conselheira Denise diz que foi a Secretária Executiva do Conselho que fez, mas aí seria o Conselheiro a preencher, mas tudo bem. A  
351 Mônica diz que de qualquer forma consta no Estado que foi analisar, validado e aprovado pelo Conselho, foi colocada a cópia da resolução não  
352 publicada porque não deu tempo de publicar, foi a resolução que foi para a publicação, mas o estado já homologou, a única coisa o que está em  
353 aberto é o relatório da pactuação de 2023. Pergunta a Conselheira Rose Mary se lembra qual foi o dia da inserção em que estava ela, Mary e  
354 Laudeci fazendo a inserção, foi levantada a questão se iria colocar e em relação a 2023 foi reprovado pelo conselho ou não e isso ficou para ser  
355 discutido em plenário A Secretária Geral faz um aparte, dizendo que foi falado na reunião do Fórum da Metro II em Niterói que o SMAIB exige  
356 que a Secretaria Executiva seja um dos membros, isso é uma exigência. A Conselheira Denise interrompe dizendo que quem alimenta é um  
357 Conselheiro que tem a senha, mas não o Conselheiro sentar e ver a Secretária Executiva fazer a alimentação do sistema. A Secretária Geral diz  
358 que a Secretária Executiva chamou a Conselheira Rose Mary para presenciar junto o que ela estava fazendo. A Conselheira Denise diz que o  
359 Conselheiro sempre, principalmente usuário, que fica de fora olhando, isso ela está registrando em ata, é uma afronta ao Conselheiro usuário.  
360 A Mônica explica que a Conselheira Rose Mary estava presente o tempo todo. A Conselheira Denise interrompe dizendo que a Conselheira Rose  
361 Mary foi convidada para abastecer e não para apreciar. A Mônica diz que tinha sido apreciado, já tinha resolução. A única coisa era é colocar  
362 que aprovou e anexar a resolução. Mais uma vez a Conselheira Denise interrompe afirmando que mais uma vez o Conselheiro usuário é colocado  
363 de lado só isso. A Mônica retorna a apresentação falando dos indicadores do ano de 2024. esses indicadores que foram pactuados, foram  
364 aprovados pelo Conselho e foram inserido no SMAIB. Fala da Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica, cobertura  
365 populacional estimada pelas equipes básicas de saúde bucal que tem as 30 equipes e só 23 é que estão credenciadas pelo Ministério da Saúde,  
366 então o Ministério da Saúde só conta em cima do que está credenciado e esse dado é de dezembro de 2023, número absoluto de óbitos maternos,  
367 não teve óbito materno, Proporção de óbitos maternos investigados, Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde  
368 Suplementar. A parte da execução orçamentária financeira apresenta toda a receita que recebemos num quadro, e explica que tem o valor total  
369 que é recebido e a partir desses valores é calculado qual valor percentual de recurso próprio tem que ser aplicado em saúde pelos municípios, a  
370 receita de aplicação dos royalties, as receitas que recebemos de todos os órgãos do governo Federal e Estadual, apresenta os gastos: pagos e  
371 empenhados, as receitas de transferências de outras esferas de governo para saúde, despesa total com ações e serviços públicos de saúde, cálculo  
372 das despesas próprias em ações e serviços públicos de saúde, conforme lei complementar 141/2012 (recursos próprios municipais), diz que aqui  
373 termina a apresentação. O Presidente pergunta se alguém gostaria de fazer o uso da palavra? O Conselheiro Moisés diz que tem uma dúvida no  
374 ponto que fala sobre órtese e prótese, qual o tipo de órteses e próteses que está se falando? é prótese mamária ou dentária, precisa especificar  
375 qual é, porque a pergunta que vem na sua cabeça é assim como não temos dispensação de próteses em Maricá, queria saber qual tipo de órtese  
376 e prótese que estamos falando e outro ponto é sobre a questão do SMAIB, está tentando achar aqui agora mas não está achando e para não  
377 alongar muito no assunto, nada contra a Secretária Executiva ter acesso desde que isso tenha deliberação, e o manual que teve acesso lá atrás,  
378 foi enviado o manual alguns serviços e dizendo as pessoas que deveriam ter acesso, não lembra ou pode ter tido uma outra deliberação no outro  
379 momento, a gente não consegue acompanhar muito tempo todo, mas se comprometeu a buscar agora, se não há deliberação, acha que precisamos  
380 seguir o que é liberado na utilização desse sistema, nada contra a figura da Secretária Executiva ter acesso, só precisamos ter deliberação sobre.  
381 A Mônica diz que em questão das órteses e próteses é vinculado às cirurgias, quando marcarmos a nossa reunião, trago descrito tudo que foi  
382 utilizado, quais foram órteses e próteses utilizadas no total para essa cirurgia. Com relação a essa questão da Secretária Executiva ter acesso, isso  
383 foi uma recomendação inclusive do Conselho Estadual como a própria Anna está dizendo que foi mencionado na reunião do Fórum, foi uma  
384 recomendação do próprio Conselho Estadual e a própria Conselheira Rose Mary está aqui como testemunha que quando fizemos a solicitação  
385 da inserção dela, ela iria incluir a Ana Cláudia pela Secretaria de Saúde e o Leandro e reafirmando todos nós que já estávamos. Porque houve a  
386 troca de gestão, de secretário, então fizemos um documento à partir do documento que veio da Secretaria indicando a Conselheira Rose Mary,  
387 quando fiz a inserção, foi negado. A Conselheira Rose Mary recebeu um e-mail de negativa dizendo que a inserção dela teria que vir através da  
388 indicação do Presidente do Conselho, então para inserir a Laudeci foi feita uma deliberação do Conselho e foi encaminhado um ofício, um  
389 documento para Secretaria pedindo a inserção dela. A Conselheira Denise interrompe dizendo que o seu problema não é queixa contra a Secretária  
390 de forma nenhuma. Até mesmo porque o acesso dela é importante, porque pode haver necessidade. A sua queixa é, uma Conselheira usuária ser  
391 chamada para olhar isso porque, se existe a normativa e deliberação para que dois Conselheiros usuários alimentem o sistema, ela Conselheira  
392 usuária se sente profundamente afrontada, não é contra a Secretária ter acesso, não acha justo um Conselheiro usuário ir até a sala do Conselho  
393 para apreciar ou ele vai trabalhar ou ele não vai, já que ela tem acesso, pode fazer, que faça porque é uma grande falta de respeito com o  
394 Conselheiro usuário. A Secretária Executiva Laudeci explica o que aconteceu. A Secretária de Saúde na época Dra. Solange enviou um ofício  
395 para o Conselho solicitando a sua indicação para inserir os dados no sistema também. O Conselheiro Moisés que tinha a senha também avisou  
396 que não poderia ir até a sala para inserir os dados. Diz que tomou o cuidado de não fazer sozinha, solicitou a Conselheira Rose Mary se ela  
397 poderia ir até a sala para participar da inserção. A Conselheira Rose Mary chegou na sala com a senha do Moisés que estava fazendo um curso  
398 no TCE e não poderia estar presente, então tomei o cuidado de ter um conselheiro do meu lado para inserir os dados, tanto que conectei o  
399 notebook na televisão para que a Conselheira Rose Mary visse todo o procedimento que estava realizando, mesmo porque estava com sua senha  
400 e não iria deixar ninguém inserir dados com sua senha, mesmo porque toda senha é pessoal e não achou correto a Conselheira Rose Mary usar  
401 a senha do Conselheiro Moisés que estava fora do município, isso é ilegal usar senha de terceiro. O que fiz foi anexar uma resolução que ela  
402 mesma já havia escaneado e colocado na área de trabalho do próprio notebook. A Conselheira Denise debochou dizendo, “ela foi tão boazinha  
403 e cuidadosa” e perguntou se a Conselheira Rose Mary foi comunicada que a Secretária iria inserir e ela iria só para olhar. A Secretária Executiva  
404 diz que fez questão que um Conselheiro tivesse presente pra não dizer que fez a revelia. A Conselheira Rose Mary diz que não utilizou o acesso  
405 porque já estava com sistema aberto, com o login da Secretária Executiva Laudeci, aí foi feito com o login dela. A Secretária Executiva responde  
406 que só abriu o sistema com seu login quando a Conselheira Rose Mary chegou e mesmo porque a senha era sua e não iria deixar ninguém usar



407 por ela, mas reafirma que fez todo o processo na presença da Conselheira Rose Mary presenciando tudo através da TV da sala de reunião do  
408 Conselho. O Presidente pergunta se podemos continuar ou se vai continuar a discussão de quem fez o login. Acha que temos a metade da pauta  
409 que precisa avançar essa questão tomou pelo menos 15 minutos para discutir com quem foi feito o login, isso é falta de respeito, polemiza e  
410 essa polemização sempre gera pelo menos 20 minutos de debate. Agradece a Mônica pela apresentação. Sugere marcar uma reunião  
411 extraordinária o mais rápido possível dentro de sete dias, para próxima quinta-feira, pergunta se alguém se opõe para poder finalizar essa  
412 apreciação do RDQA, Então fica convocada a reunião extraordinária para a próxima semana, dia 03/10/2024, quinta-feira às 14 horas, neste  
413 mesmo local. A Conselheira Aparecida diz que acha que a colocação dos Conselheiros Denise e Moisés é uma coisa muito séria. Essa questão  
414 de quem coloca, então dá urgência e emergência porque quando chegou para os Conselheiros, mas isso tem que ter cuidado quem tem que  
415 colocar no sistema é o Conselheiro, então não era para ter no momento, a Secretária ter passado uma deliberação que a gente ficou assim aberto  
416 se foi uma determinação do Conselho, então qual o nosso papel aqui, é suplente, mas realmente essas coisas não estão certas, se houve um  
417 equívoco, vamos analisar o equívoco que foi, a Conselheira teve boa vontade foi lá, mas não ficou uma coisa dentro da normativa. **Nono ponto**  
418 **da pauta:** Apreciação e Aprovação de Credenciamento de 08 Equipes de Saúde Bucal da estratégia da Saúde da Família (SMS). O Presidente  
419 passa a palavra para a Conselheira Juliana que diz pode explicar: Presidente temos uma pessoa da área técnica que é a Doutora Aline, mas  
420 infelizmente ela está com a mãe no hospital. A solicitação foi um credenciamento de mais oito equipes totalizando 38 equipes de Saúde Bucal  
421 credenciadas, é importante toda essa parte de credenciamento porque isso tem recurso financeiro que vai ser destinado para organização e  
422 investimento em toda a parte de custeios dessas equipes. Lembrando que nós já temos hoje 30 equipes atuantes, mas elas não estavam todas  
423 credenciadas para receber um financiamento, então essa foi a solicitação da área técnica feita pela Suany em conjunto com a Aline. A Conselheira  
424 Denise pergunta a Conselheira Juliana se tem uma resposta sobre um problema que para ela é dolorido que é sobre o CEO de Itaipuaçu pois,  
425 está pagando aluguel há mais de cinco anos. A obra foi feita pelo setor privado, verba pública pois destinada aquele local e até hoje não está  
426 funcionando. Quando falamos em Odontologia para ela isso é muito sério porque o CEO não tem mais acesso para ninguém, não tem vaga para  
427 Odontologia. É uma precariedade muito grande nesse Município. Então queria saber o que acontece com o CEO que está em desuso, porque até  
428 hoje não temos uma resposta. A Conselheira Juliana diz que o CEO faz parte da administração da Fundação Estatal e ela já está finalizado todos  
429 os procedimentos referentes a equipamentos, mobiliários já foram finalizados, realmente é um espaço importante dentro da Saúde Bucal para o  
430 município e está na administração das perguntas e questionamentos do Conselheiro Moisés. O Presidente coloca em votação, foi aprovado por  
431 unanimidade. **Décimo ponto da pauta:** Convite a Coordenação da Vigilância Sanitária ou a Vigilância pertinente (Rose Mary). O Presidente  
432 passa a palavra para a Coordenadora da Vigilância Michele. Que diz que está Coordenadora de Vigilância em Saúde hoje, conta aqui com a  
433 presença de uma Fiscal da Vigilância Sanitária e do Gerente de Vigilância em Saúde Ambiental, fomos convidados hoje aqui para responder  
434 alguns questionamentos sobre a situação sanitária geral do cemitério, antes de mais detalhes, fala de uma forma geral que temos um decreto de  
435 2017 que na verdade, atribui à Secretaria de Assistência Social ou diretoria equivalente do órgão e dispõe sobre justamente a parte do cemitério,  
436 toda a gestão pública e com ela o cemitério é público e o único que temos no município. Cabe à Secretária de Assistência Social então muito  
437 dos apontamentos que foram feitos no memorando, vai acabar nas estruturas que não cabem a fiscalização nem sanitária e nem ambiental por si  
438 só, são estruturas que na verdade que cabem a Secretaria de Assistência Social, mas um ponto que gostaria de destacar é que o licenciamento de  
439 todos os cemitérios na verdade não só os públicos e os novos inclusive, eles são de uma resolução do CONAMA e quem na verdade aplica todas  
440 essas resoluções de CONAMA e resoluções equivalentes é o INEA, que é o Instituto Estadual do Ambiente é ele que compete, na verdade e a  
441 ele é que vai cair muito até de muitos desses questionamentos que foram feitos, então vai falando e respondendo o que foi questionado. A  
442 questão do mau cheiro do ossário, bem ao lado do prédio novo que foi construído para velório e gavetas. Esse mau cheiro pode ser proveniente,  
443 talvez até do local em si e das demandas do próprio cemitério, de como está sendo condicionado, isso cabe a Assistência Social; todo esse  
444 manejo, toda arrumação, toda essa questão dos resíduos sólidos, eles precisam fazer um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, eles precisam  
445 apresentar esse plano, isso apresenta-se a INEA ou os órgãos fiscalizadores também. A capela também foi questionado ao presença de mosquitos.  
446 Gostaria de registrar que o cemitério assim como outros locais, ele é cadastrado aqui no nosso município como ponto estratégico para o controle  
447 da dengue, então a cada 15 dias esses pontos estratégicos, recebem visita dos técnicos onde são tratados os pontos focais de dentro. Pode ter  
448 acontecido porque sabemos que o ciclo do mosquito é um pouco menor, e ter aparecido, não está dizendo que não tenha, mas que cabe a Vigilância  
449 como prevenção da dengue, como foi questionado sobre os mosquitos, é o ponto estratégico então fazemos. Temos uma equipe que vai aos ferros  
450 velhos, borracharias que são pontos estratégicos que recebem essa visita da equipe regularmente. Também é questionado que há uma sinalização  
451 das alamedas no cemitério porque é falado que vai dar no local onde é avistado até os ossário dos corpos, essa parte de sinalização como disse,  
452 caberia à Assistência Social, então não cabe a gente pedir por essa situação. Descartes dos restos de caixões após a exumação também faz parte  
453 do plano de resíduos sólidos que a Assistência Social precisa ter. Como está sendo feito o descarte do Necrochorume. O Necrochorume é uma  
454 fator de contaminação, mesmo que caiba uma visita da Vigilância Sanitária que também pode haver, “Não está dizendo que não possa haver”  
455 mas está dizendo que mesmo que haja, são visitas que nós cabe a resolução, não a falta de cobrança, mas a resolução não cabe a gente como  
456 Secretaria de Saúde, mas podemos ir lá fazer uma fiscalização e cobrar. Lembrando como é um cemitério público nós como fiscalização não  
457 conseguimos fazer todos os trâmites como se fossem um órgão privado, onde pudesse chegar até o nível de interdição se fosse o caso. Lembrando  
458 que não é cabível interditar o cemitério. Também a pergunta sobre os descartes dos restos mortais(ossos) cujas famílias não procuram para  
459 destinação após a exumação. Também cai nessa mesma diretriz que falou, podemos ir lá cobrar, mas não cabe a Secretaria de Saúde esse tipo de  
460 resolução. A Conselheira Rose Mary pergunta se nesse caso temos que direcionar isso a Secretaria de Assistência Social. A Coordenadora  
461 Michele diz que acha que como um conselho, que destacou todos esses pontos, acha que é uma questão que vocês precisam definir se vale a  
462 pena, mas a maioria desses pontos aqui quem vai poder dar mais detalhes, falar mais dessa estruturação, manejo, desse tipo de coisa do cemitério  
463 vai realmente a Secretaria de Assistência Social. Agora essa semana não teve oportunidade de escrever e hoje tivemos uma queda de luz no  
464 prédio da Taco e não consigo mais escrever e nem imprimir, diz que tem aqui a resolução e o decreto, vai responder e enviar a resposta para o



465 Conselho, acha que a partir disso o Conselho também pode se embasar e terminar o direcionamento. A Conselheira Rose Mary pergunta que no  
466 caso da fiscalização da Vigilância em Saúde ela precisa ser provocada no caso pelo órgão ou você já tem isso com uma diretriz. A Coordenadora  
467 Michele responde que a rotina da dengue já é feita, a da sanitária, ela pode ser feita a partir dessa solicitação, esse daqui já pode servir, a visita  
468 eles podem fazer sem problema algum, mas as minúcias aqui dos questionamentos nós não alcançamos como competência técnica. A Conselheira  
469 Rose Mary pergunta se tem que questionar a Secretaria de Assistência Social através do plano de gerenciamento de resíduo sólido. A Secretária  
470 Geral pergunta: A competência é da Assistente Social, mas se ela não cumpre e as coisas estão chegando no ponto que está, nós enquanto saúde  
471 e af tem problema de saúde, acredita que a vigilância também tenha que cobrar isso da Secretaria de Assistência Social é isso que queremos, que  
472 a Vigilância faça a parte dela, no que compete as Vigilância em Saúde, Epidemiológica e a Ambiental no caso da contaminação do solo, porque  
473 temos problemas, a maioria das pessoas vivem com de água de poço, está contaminando o solo e o lençol freático. Porque o cemitério não está  
474 feito de acordo com as normas e até mesmo a própria Vigilância que no caso está defendendo a saúde da população, não pode provocar então o  
475 INEA, por que que o INEA também não está fiscalizando isso? se está dentro das normas de construção? Por que que está esse mau cheiro? O  
476 que é feito com os ossos? Eles são cremados? qual é a destinação que está sendo dada? A Coordenadora Michele responde que não temos  
477 crematório no município. A Secretária Geral continua perguntando mas de alguma forma tem que ter uma destinação, ele tem um fator de  
478 contaminação inclusive de outras doenças, então esses são os seus questionamentos que a Vigilância por favor, faça o trabalho de Vigilância se  
479 possível emita um relatório e mediante, inclusive, o relatório da Vigilância constatando que temos realmente risco de saúde para a população,  
480 nós vamos acionar não só a Secretaria de Assistência Social como responsável pelo gerenciamento, como o próprio INEA para fiscalizar. A  
481 Coordenadora Michele diz que vamos responder o ofício do Conselho. O Presidente pergunta se mais alguém gostaria de fazer uso da palavra.  
482 Agradece a Coordenadora Michele pela sua participação. **Décimo primeiro:** Convite ao Subsecretário da Atenção Primária o Sr. Wilson  
483 Rodrigues de Souza Junior ou um representante legal (Rose Mary). O Presidente passa a palavra para o Amaro que diz que o ofício nº 146 do  
484 Conselho de Saúde solicitou a presença do Senhor Subsecretário Wilson; infelizmente ele teve um problema de saúde na família e não pode  
485 comparecer. Diz que é o Assessor Técnico dele e trabalha diretamente com ele e se sente apto a responder a demanda desse Conselho. Caso  
486 falte alguma coisa fica responsável por trazer a posteriori. O ofício estava muito genérico, então vai tentar trazer o fluxo da atenção primária do  
487 município de Maricá e se tiver qualquer dúvida fiquem à vontade para estar fazendo as intervenções que vocês acharem melhor. Dentro da  
488 Secretaria prezamos pelo princípio da legalidade utilizando da política nacional da atenção básica a PINAB, onde a atenção primária aqui em  
489 Maricá é executada, principalmente pelas Unidades da Saúde da Família. Hoje são 27 Unidades de Saúde da Família distribuídas entre seus  
490 territórios, ela é a coordenadora de cuidado e a ordenadora da rede. Isso é muito importante, cada Unidade de Saúde da Família, algumas unidades  
491 com uma, duas ou até três equipes, compostas por: Agente Comunitário de Saúde, Enfermeiro, Médico, faz um parêntese aqui hoje, “temos no  
492 município de Maricá 39 médicos dos Mais Médicos” reforçando o atendimento na atenção primária e como a unidade da saúde da família  
493 trabalha com o território, especificamente por determinantes e condicionantes sociais, eles não podem ser descartados nessa coordenação do  
494 cuidado, os Agentes Comunitários sabem melhor do que ninguém, que o território que eles estão atuando, dando total subsídio nas visitas  
495 domiciliares da equipe multidisciplinar, não só a equipe da unidade de saúde da família, mas com toda a equipe de apoio que antes era NASF e  
496 bem colocado pela sua colega Mônica, hoje é EMOLT, ela apresentou um dado de 6 equipes contudo já solicitamos o credenciamento de mais  
497 4, totalizando 10 equipes EMOLT, dando todo o apoio matricial, realizando visitas domiciliares, atendimentos dentro das unidades. Então a porta  
498 de entrada do SUS preferencialmente é a Unidade de Saúde da Família, ela tem estudos que demonstram que ela possui até 80% de capacidade  
499 de resolubilidade de qualquer demanda de saúde daquele território, tanto é que nós temos um plano Municipal de saúde até com um indicador  
500 para até 2025, de diminuir de 25 para 20% de encaminhamentos para especializadas, porque quando você encaminha menos, não é que não  
501 tenha vaga para encaminhar não, é que as unidades de saúde da família estão fazendo o seu trabalho e está resolvendo essa demanda dentro do  
502 território, o que não podemos fazer, uma coordenação do Cuidados, sem entender o território, aonde esse usuário, esse ser humano está envolvido,  
503 ele está diretamente ligado àquele território, então isso daí não pode ser desconsiderado em nenhum momento. Basicamente essas 27 unidades  
504 estão distribuídas ao longo do município. Temos uma plataforma nova APSMaricá, onde tem um mapa, com seu endereço e você consegue  
505 identificar qual é a unidade de saúde de família que é sua referência, essa é uma das portas de acesso ao SUS, a principal e basicamente, a  
506 atenção primária aqui no município ela tem esse fluxo de atendimento, caso tenha alguma demanda a ser referenciada para especializada, a  
507 própria unidade pega esse encaminhamento e alimenta o sistema de informação de regulação, seja o CER, SISREG ou qualquer outro sistema  
508 de regulação e alimentando esse sistema de informação, assim que tiver um retorno, ele vai até os Agentes Comunitários de Saúde, que estão  
509 aqui, vocês até podem me corrigir caso esteja errado, que fazem as visitas domiciliares informando aos usuários suas marcações, consultas e  
510 procedimentos, mais uma vez é a espinha dorsal da atenção primária que está atuando diretamente nas suas micro áreas definidas, conhecendo o  
511 usuário de perto, as condições sociais e ambientais daquele território. Então essa é uma pinelada da atenção primária, se tiver alguma demanda  
512 mais específica, fica no aguardo. A Conselheira Rose Mary diz que chegou ao seu conhecimento uma demanda de uma usuária do segundo  
513 distrito em que ela precisou de um exame de ressonância e isso foi encaminhado, como o senhor falou, regulado pela regulação, etc.. e demorou  
514 12 meses para realizar. Ela foi atendida no Ambulatório Péricles, na parte de Proctologia. O especialista disse que conforme o resultado da  
515 ressonância ela deveria aguardar em casa, porque ela não tomou posse desse exame, que seria encaminhado à unidade de saúde e que ela  
516 aguardasse, só que esse exame não chegou ao local, e agora não é localizado esse exame, exatamente por esse motivo que foi feito este  
517 questionamento, para saber em relação a vocês essa parte do fluxo, como é feito no caso a rotina? esse exame chega no ambulatório, o médico  
518 especialista faz uso desse diagnóstico através do laudo, mas ele não entrega ao paciente, no caso ele vai ser encaminhado à unidade e o ACS que  
519 vai entrar em contato com esse usuário para que seja marcado. E o encaminhamento no caso com a resolução? O Amaro responde isso é um  
520 caso e cada caso é um caso, não possui todos os elementos desse caso, só tem essa narrativa que não me traz alimento suficiente para ele identificar  
521 onde houve a não conformidade, contudo cabe ressaltar que você está especificando mais, que ela tem um melhor atendimento na parte da  
522 especializada do que na atenção primária. Então voltando para atenção primária que é a Coordenadora do Cuidado, Coordenadora da rede, ela



523 sempre tem a referência e a contra referência, não sabe se ela foi referenciada ao ambulatório pela Unidade de Saúde da Família o que deveria  
524 ter sido feito, então ela teve a porta de entrada na unidade de saúde da família, lá ela foi atendida por uma equipe multidisciplinar, diz que está  
525 especulando, como que deveria ser, não está falando que foi o caso, esse caso depois poderíamos tratar em especial. Então ela vai para o seu  
526 ACS, na sua equipe, na sua equipe multidisciplinar verifica que necessita de uma especialidade, vai colocar no sistema, vai encaminhar para  
527 especialista que é uma referência, depois vai ter uma contra referência. Porque na Unidade de Saúde da Família tem que coordenar. O que é  
528 coordenar esse cuidado? É ter que ter ciência do que está acontecendo, o especialista vai retornar para a unidade o resultado da consulta ou pode  
529 pedir outra ajuda, mas no final ela tem que ser contra referenciada para a unidade de saúde da família para coordenar esse cuidado. Então tem  
530 sempre essa questão da referência e depois da contra a referência, que seria a resposta desse especialista à demanda da unidade de saúde da  
531 família, ao médico ou outro profissional multidisciplinar. A Conselheira Rose Mary pergunta se é normal demorar um ano para fazer uma  
532 ressonância? O Amaro responde que isso é um procedimento regulado, da regulação não tem dados para informar, no máximo que sabe é que  
533 todo procedimento passa pelo médico regulador que vai avaliar e classificar a necessidade de cada um. Acredita, e não estipula que 12 meses é  
534 muito tempo, bastante para qualquer tipo de exame. A Conselheira Rose Mary diz que dependendo desse exame ela necessita de uma cirurgia  
535 urgente, o exame no caso, não foi localizado, apesar de ter estado o exame com o laudo no ambulatório, pergunta se no caso da atenção primária  
536 o fluxo dela como o senhor falou a contra referência, não é feito um controle por exemplo? Está demorando seis meses, ou vocês perdem esse  
537 feedback? Vai para a regulação e aí no caso é a regulação que faz tudo? Como o senhor falou a regulação fica a disposição o tempo no caso, pode  
538 ficar seis meses a um ano, três anos, ninguém tem esse controle? É isso que gostaria de saber ou é feito por outro setor? A Conselheira Juliana  
539 fala para Conselheira Rose Mary que Amaro não faz parte da regulação. O gerenciamento da Regulação hoje é feito pela Fundação Estatal,  
540 temos diálogos entre os entes envolvidos. O que acontece em relação a ressonância, não sei se foi o caso dela, se ela fez ressonância ou seja fez  
541 tomografia, de todo modo a orientação que a gente dá, é que a marcação seja feita pelo sistema através da unidade de estratégia saúde da família  
542 que faz a marcação, a regulação que possui um grupo de médicos reguladores, eles classificam a Urgência conforme o que consta no pedido  
543 médico de acordo com o relato e sinalização (Vermelho, amarelo ou azul) do médico da unidade. A partir daí o paciente vai ter o exame agendado  
544 e comunicado para ele fazer o exame de ressonância. Tomografia, fazemos no município, ressonância ainda não fazemos, mas já existe um  
545 caminho que são os credenciamentos que estão acontecendo pela Fundação para ampliar a oferta dos exames e aí o paciente ele recebe o resultado  
546 do exame na unidade de origem onde ele realiza os exames, o único ente que envia o exame para a Atenção Primária era o Caminhão da Saúde  
547 e como vocês sabem o caminhão da Saúde, ele não existe mais, foi finalizado o contrato agora em 4 de setembro, então era o único órgão que  
548 quando fazia os exames enviavam para a unidade de saúde da família. A Conselheira volta ao assunto dizendo que foi para Ambulatório Péricles  
549 e lá o médico após ver o laudo falou da urgência. A Conselheira Juliana pergunta como que esse médico acessou esse laudo, se a paciente levou?  
550 O Conselheiro Edson explica o caso, diz que a paciente esperou um ano para fazer a ressonância, era paciente da Unidade de Bambuí foi  
551 encaminhada para o Ambulatório Péricles e agora está esperando para ser encaminhada para a cirurgia. Que a paciente fez o exame em Itaboraí,  
552 onde ele achou um absurdo e que soube que só libera uma vaga por mês. A Conselheira Juliana explica que os exames de ressonância são  
553 realizados em Itaboraí através de um convênio de Pactuação da PPI e que a clínica reduziu para 30 exames, há quatro meses fizemos uma reunião  
554 e conseguimos aumentar de 30 para 100 ressonâncias de abdômen e pélvica principalmente, que é realizado lá, que foi pactuado na SIR de agosto  
555 o aumento da oferta dos exames. O Conselheiro Edson diz que o que a Conselheira Rose Mary quer falar é que está acontecendo muito esse tipo  
556 de caso. Semana passada teve que apelar para o Conselheiro Marcelo Rosa para conseguir uma cirurgia de uma paciente da Unidade de Saúde  
557 de Ponta Negra, onde estava encaminhada para cirurgia, se não engana foi no dia 05 de setembro. Diz que perguntou à Gerente da Unidade como  
558 era a ligação de resposta entre a Unidade de Saúde e a Secretaria, que percebeu que não há uma interligação ou uma resposta maior, que as  
559 unidades não têm aquele contato direto, um retorno. Tem coisa que acontece e fica seis meses, um ano esperando. Teve caso de paciente  
560 precisando de fisioterapia desde fevereiro e só foi fazer agora em agosto, porque tivemos que interceder, acha que isso tem que acabar, chegou  
561 ao ponto da paciente já estar encaminhada para fazer a cirurgia e fica um jogo de empurra. A Secretária Geral diz que observando o que o Amaro  
562 falou as coisas têm que começar e terminar na Unidade da Saúde da família e isso não está acontecendo. O Amaro diz que existe um caso  
563 concreto o qual precisamos de todos os elementos para apurarmos. O que está trazendo aqui, está se atendo ao ofício que é a solicitação de um  
564 fluxo da atenção primária em geral, está vendo que pegamos esse caso em específico que precisa de maiores informações para podermos dar  
565 essa informação mais concreta. A questão é que a gente envia para a Unidade de Saúde da Família da atenção primária, que é a Coordenadora  
566 da linha de cuidado e ela tem que ter toda essa ciência, quando ela referência para o especialista ela tem um retorno dessa referência e contra  
567 referência e ela coordena todo o cuidado através do prontuário eletrônico da equipe multidisciplinar, todo aquele apoio matricial, o fluxo é esse.  
568 Tendo qualquer problema nesse fluxo, que vocês controle social, tenham ciência, solicitamos que sinalize para identificarmos onde houve o  
569 problema para estar corrigindo o mais imediatamente possível. A Conselheira Rose Mary diz que a dúvida é exatamente essa, nessa coordenação  
570 vocês através do sistema, vocês têm o controle? vamos dizer esses exames estão demorando demais. O Amaro responde que nós temos o controle  
571 que você fala em relação ao sistema de regulação?. Quando é marcado temos a sinalização de quando é marcado, porque quando não temos  
572 marcação, não temos a gerência sobre essas vagas desses procedimentos. A Conselheira Rose Mary pergunta como chega a gerencia de  
573 informações para vocês, como vocês têm o retorno. O Amaro responde que é através do e-mails eletrônicos, até porque a central de regulação  
574 é no Parque Nanci onde faz a gestão desse sistemas de regulação. A Conselheira Rose Mary diz que a Subsecretaria não tem controle, que  
575 precisam ser provados através das demandas. Pergunta se precisam chegar as demandas das falhas para vocês localizar? O Amaro responde a  
576 Conselheira Rose Mary que não é dessa maneira, acha que interpretou errado. Reformula a sua afirmativa, explicando novamente passo a  
577 passo sobre o sistema de regulação. A Conselheira Rose Mary questiona novamente sobre o prazo para fazer uma ressonância. O Amaro explica  
578 de novo que quem faz a gestão da Regulação é a FEMAR onde eles tem toda autonomia de receber esse pedido, de classificar o risco desse  
579 pedido e de depois dar esse feedback, é a Central de Regulação que faz esse controle. A Conselheira Juliana diz que a Unidade de Saúde tem  
580 acesso de monitoramento a essa questão. Quando uma Enfermeira ou Médica de uma Unidade de Saúde insere um paciente no sistema ela já tem



581 um número e uma listagem pelo sistema do número de pacientes cadastrados e desse paciente cadastrado, quantos pacientes inseriu no SISREG  
582 para que a regulação agende, agora existe a outra questão que é o número de ofertas de serviços é isso que o município através da Secretaria de  
583 Saúde vem tentando de maneira enfática fazer a ampliação da oferta. É isso que precisamos, a demora em muitos exames se dá pelo aumento  
584 populacional, pelo aumento do número de pedidos ou seja aumento de demanda, mas a oferta de serviços, infelizmente ela não caminha em  
585 paralelo ou em comum com a demanda, mas a unidade de saúde tem sim acesso, pode informar ao paciente e cobrar da regulação, as equipes  
586 fazem isso. A Conselheira Rose Mary diz que essa é a sua pergunta e dúvida por que demorou tanto tempo? O Amaro diz que o caso concreto  
587 ele se furta em responder porque não tem essas informações todas, então fica muito hipotético. Solicita que a Conselheira mande para a Secretaria  
588 de Saúde por ofício com todos esses elementos para verificarmos esse caso específico A Conselheira Juliana explica para a Conselheira Rose  
589 Mary que os ACSs conseguem quando fazem visita no território dos pacientes e das famílias cadastrados, cada ACS tem até 750 pessoas para  
590 cadastrar, mas eles conseguem acessar, por exemplo: eles vão fazer uma visita domiciliar e tem um paciente que pergunta “gostaria de saber  
591 como que está o agendamento da ressonância que foi feita a três, quatro, cinco meses” eles conseguem acessar pelo sistema e informar o paciente.  
592 O Conselheiro Edson diz que a questão que gostaria perguntar é se os ACSs sabem disso; às vezes o exame chega com o pedido da ressonância  
593 da paciente que chegou às 16h da tarde hoje, ela tem que estar no exame às 8 horas da manhã do outro dia. Pergunta como que os ACSs recebem  
594 o agendamento no dia anterior encontrar o paciente, não conseguem falar ou então na manhã seguinte informar ao paciente, quando não  
595 conseguem acabam remarcando. Afirma que não é contra a nenhum ACS, cita o caso que ocorreu com ele na Unidade da Mumbuca, mas o que  
596 está falando é que tem alguns ACSs a maioria são comprometidos. Então, o comprometimento dos ACSs é muito importante, estamos tendo  
597 alguns problemas na Unidade de Ponta Negra, estão chegando algumas reclamações dos moradores de determinados ACS, de até fazer embaixo  
598 assinado, porque o ACS não está fazendo a visita, mas caso não possa fazer a visita pode se comunicar por telefone, a maioria das pessoas tem  
599 WhatsApp pelo menos que dê uma explicação para o paciente da não visita. Acha que os ACSs são a ferramenta mais importante que vocês  
600 podem ter, mas se o ACS e a Atenção Básica não funcionar nada na saúde vai funcionar. A Conselheira Rose Mary diz que o Amaro citou o  
601 NASF que agora é EMULT e que falou de um matriciamento onde é feito todo o suporte para essas equipes. Nós tivemos a oportunidade  
602 recentemente visitando 03(três) Unidades de Saúde do 2º Distrito e foi pontuado pela equipe do NASF que agora é EMULT que eles não tem  
603 espaço apropriado, eles ficam do lado de fora numa área externa, muitos, sob forte calor ou chuvas, ou intempéries, não têm computador para  
604 acesso, não têm área para fazer o seu serviço, porque são várias especialidades dentro desse EMULT. O senhor falou que o Matriciamento de  
605 uma equipe, que tem todo o apoio, gostaria de saber isso, se o senhor poderia dizer se vocês conhecem a realidade dos distritos, o que está  
606 ocorrendo nas Unidades de Saúde. O Amaro diz que como anteriormente a Conselheira Juliana, ela já tinha falado sobre a comissão de avaliação  
607 de desempenho que realiza, semanalmente, visitas à todas as unidades, ele Amaro acompanha todas as vezes, todas as quartas feiras está visitando  
608 todas as unidades de Saúde da Família. Então conhece a realidade de cada uma das 27 unidades de saúde da família, sim, tem unidades que têm  
609 dificuldades estruturais às quais já foram sinalizadas, já está previsto no plano operativo da Fundação Estadual de Saúde fazer as adequações,  
610 acompanha semanalmente todas essas 27 unidades. Então está ciente que estamos trabalhando para deixar isso conforme a resolução 50 e outras  
611 normativas. A Conselheira Rose Mary pergunta se o plano não tem uma previsão fática de quando vai acontecer. O Amaro responde que acredita  
612 que isso seja mais uma questão da Fundação Estatal a qual não tem ciência. O Vice Presidente Jorge diz que a Comissão de Atenção Básica  
613 esteve na Unidade de Saúde de Ponta Negra e observamos que a grande demanda daquela Unidade é urgência, não é o atendimento ambulatorial,  
614 há dois anos atrás foi dito que seria feito em Ponta Negra um posto emergência e até hoje não aconteceu, tem algum plano ou projeto para aquela  
615 área? O Amaro diz que esse plano de urgência e emergência, ele fica na área técnica da educação primária, está aqui para tirar qualquer dúvida  
616 e esclarecimento dos Conselheiros sobre o fluxo da atenção primária. Infelizmente vai ficar devendo ao nobre Conselheiro. O Vice Presidente  
617 diz que foram na atenção primária, que está atendendo emergência. O Amaro diz que a atenção primária ela também atende urgência e  
618 emergência, claro existe um manual do Ministério da Saúde com alguns procedimentos de urgência e emergência, pede desculpa e diz que  
619 entendeu que o Vice Presidente estava solicitando informações sobre a construção de dispositivo de saúde de urgência e emergência, foi o que  
620 falou, não têm ciência sobre essa questão, por trabalhar no fluxo de atenção primária. A Conselheira Juliana responde ao Vice Presidente sobre  
621 a necessidade de uma unidade urgência e emergência em Ponta Negra, existe sim um processo administrativo aberto, demanda questão de  
622 orçamento para a construção, mas existe esse processo, fizemos a abertura e justificativa técnica para a existência, mas dentro dessa perspectiva  
623 um grande avanço na área de Ponta Negra foi a implementação da terceira base descentralizada do SAMU, fizemos essa implementação logo no  
624 mês de março desse ano e a base dessa descentralizada foi muito favorável, principalmente para unidade de saúde que é localizada em Ponta  
625 Negra, porque realmente tem muitos atendimento de urgência e emergência, mas existe sim dentro como o Amaro falou uma normativa do  
626 Ministério da Saúde que a APS ela tenha alguma abordagem de urgência e emergência, existe uma maleta de urgência e emergência, enfim  
627 algumas questões de socorro, mas a presença da base auxiliou muito na remoção do paciente para vir para a unidade mais próxima que é o Conde  
628 Modesto Leal isso em ambulância com suporte intermediário numa ambulância Básica, mas no deslocamento que era a dificuldade houve uma  
629 melhoria nesse sentido, mas tem sim, proposta, justificativa técnica, processo aberto, mas não tem previsão essa previsão não tem como afirmar  
630 para o senhor. O Vice Presidente pede perdão, mas nós tivemos lá e o que foi dito pela Gerente é que a unidade da SAMU não recebe os  
631 pacientes para trazer para unidade de emergência, tem que ligar para o Centro e o Centro aqui é que vai lá buscar o paciente, que a ambulância  
632 de lá não sai com paciente isso foi dito pela Gerente também. A Conselheira Juliana lembra que a SAMU é Central 192 a ocorrência, tem que  
633 ser registrada através da Central, não tem como ligar diretamente para unidade, nem tem telefone diretamente da unidade para acionar  
634 ambulância, mas é pela central, tivemos essa semana uma reunião com os representantes da Central da SAMU que é o Rogério e outras pessoas  
635 da vigilância que trouxeram o número exponencial de crescimento no atendimento do SAMU na base descentralizada em Ponta Negra e antes  
636 quem atendia era a Base Centro que fica no Hospital Conde Modesto Leal, já vemos por mais que não seja do momento, tem que fazer  
637 acionamento 192, não tem jeito, mas a gente vê o crescimento em números exponencial de atendimento em Ponta Negra pelo SAMU 192 com  
638 as 02 ambulância que são destinadas que é a ambulância intermediária e a ambulância básica. O Conselheiro Moisés diz que para falarmos de



639 fluxo na atenção primária, acha que o debate aqui ele é válido, falamos de uma porção de coisa, falamos da urgência e emergência, da SAMU  
640 192, mas precisamos orientar a pauta porque senão ficamos discutindo tudo e não discutindo nada. Acha que precisamos tratar das coisas de  
641 modo coletivo, não adianta vir aqui falar assim: Ah, o meu exame, com todo respeito Conselheira Rose Mary, você não me interprete errado, por  
642 favor, precisamos pensar no coletivo e você vai entender o que quer dizer a realidade de demora de exame é a realidade do município, não tem  
643 novidade nenhuma nisso, demora. Para falar de fluxo, para falar de Política Nacional de Atenção Básica ou qualquer outra resolução, não tem  
644 como não falar de precarização do trabalho, de falta de estrutura, de falta de Recursos Humanos, como é que vai defender fluxo se não tem nada  
645 disso. Cita a unidade onde é usuário que a Unidade Mumbuca que já falou aqui se um dia que estiver chovendo, repensa se vai na Unidade  
646 porque vai ficar na chuva, porque os ACSs estão com muito mais de número de famílias que precisam entender do que preconiza a Política  
647 Nacional de Atenção Básica, então acha que está demorando, demora tudo, o resultado do exame de sangue do hemograma, não sabe como que  
648 está agora, mas era 30 dias, então fica um apelo aqui, vamos discutir fluxo? Vamos, é importante, precisamos discutir estrutura. Diz que é usuário  
649 da Unidade da Mumbuca, fala como o Amaro que como ele visita as 27 unidades é usuário da Unidade da Mumbuca desde 2020 e nada mudou  
650 de lá para cá mudou, talvez para pior acha, porque o número de pessoas que moram no bairro cresceu, o território cresceu e a unidade e os  
651 profissionais continuam os mesmos, talvez tenha entrado ou saído um ou outro e nada mudou, então isso é uma realidade que precisamos olhar  
652 para ela, não adianta virmos aqui e falar de fluxos, números, Coordenador e Ordenador sabemos está escrito nas políticas de atenção e no  
653 cadernos de atenção básica que está disponível, é de domínio público, acha que precisamos olhar e pede até a ajuda da Comissão de Atenção  
654 Básica sabe que são extremamente competente, que precisam produzir relatório e apresentar fotografia como a Conselheira Anna Quintanilha  
655 fez hoje, tá ruim, vamos lá, vamos tirar foto, vamos relatar e para finalizar e obrigado pelo espaço, acha que precisamos discutir a questão da  
656 transparência do SISREG, porque os pacientes entram na regulação, e já estive lá certa vez dependendo de alguma coisa, e tu não sabe, é  
657 exatamente assim qual é a minha vez, como é que vai chegar. A Resposta é “não senta aí que vai chegar uma hora, pega na tua fé que uma hora  
658 vai chegar”. Acho que precisamos discutir pela experiência no SISREG Qual é a minha vez? Quando que vai chegar minha vez, tá bom? Obrigado  
659 O Conselheiro Cunha diz que aproveitando a oportunidade a nossa Comissão de Regulação esteve na Regulação da SAMU de Niterói, e nós  
660 vimos a regulação faz um trabalho excelente, e essa renovação ela é carente de pessoas para trabalhar e aí o Dr. Rogério nos pediu até para  
661 procurar a senhora, mas como só conseguimos com a senhora aqui, se você não poderia colocar dois funcionários de Maricá lá, como Niterói e  
662 São Gonçalo que coloca o pessoal trabalhando na Central, não sabe se o Dr. Rogério já conversou isso com a senhora, mas ele nos passou isso,  
663 tivemos eu, Jorge e Anna Quintanilha estamos sempre na SAMU fiscalizando e tentando ajudar e a questão nossa é justamente esse tempo de  
664 chamada que às vezes as pessoas não entendem e pensam que está demorando a SAMU, porque na Central da Regulação de Niterói tem falta de  
665 funcionários. A estrutura Central da Regulação de Niterói é muito complexa, passa por vários processos de atendimentos até a liberação das  
666 ambulância para o socorro. Então queria registrar por gentileza a solicitação da nossa Comissão de Regulação que nós participamos e fizemos  
667 para doar dois funcionários. Pergunta se é preciso fazer ofício solicitando que você possa colocar dois funcionários lá para dar esse suporte ao  
668 pessoal da SAMU porque eles precisam muito porque a SAMU é um exemplo, a SAMU de Maricá hoje é a referência que está no Rio de Janeiro.  
669 O Presidente agradece o Amaro pela presença de estar aqui. Pergunta se mais alguém gostaria de fazer uso da palavra. Chama atenção dos  
670 Conselheiros dizendo que faltam 15 minutos para terminar a reunião e ainda faltam mais seis pontos ainda para tratar. Pergunta se algum  
671 Conselheiro gostaria de manifestar sobre prioridade da pauta e e que infelizmente vai ficar ponto de pauta para a próxima reunião. O Conselheiro  
672 Moisés pede ao Presidente que o 12º ponto de pauta: Apresentação do Relatório de visita aos equipamentos/serviços ligados à atenção psicossocial  
673 e reabilitação, gostaria de pedir que retirasse até pela extensão e respeito para todo mundo cansado já, mas tem um assunto que precisava de  
674 aprovação, que é que é algo breve, lembra do edital de convocação CISTT, nós tivemos um número muito baixo de acesso, apesar de muito  
675 esforço para comunicar às instituições, apenas duas instituições se apresentaram para eleição, então queria propor a dilatação de prazo por mais  
676 de 30 dias para que as pessoas pudessem se inscrever, só que queríamos referendar isso no Conselho e não tomar uma decisão apenas na Comissão,  
677 retiro 12º ponto de pauta e solicito apreciação para prorrogação, está aqui a minuta pedindo prorrogação por mais de 30 dias. O Presidente  
678 pergunta se algum Conselheiro se opõem com essa prorrogação de prazo, fica aprovado por unanimidade para que possamos fazer uma nova  
679 publicação. Fala para os Conselheiros que acredito que não consigamos mais finalizar o décimo terceiro, décimo quarto e décimo quinto pontos  
680 da pauta, se pode ficar como agora a sugestão para pauta da próxima reunião, pergunta se alguém se opõe? Todos concordam. **Décimo segundo:**  
681 Apresentação do Relatório de visita aos equipamentos/serviços ligados à atenção psicossocial e reabilitação em Maricá (Moisés). Ficou para  
682 próxima reunião. **Décimo terceiro:** Eleição do Presidente da Comissão de Justiça e Ética. Ficou para próxima reunião. **Décimo quarto:**  
683 Formação da Comissão de Legislação. Ficou para próxima reunião. **Décimo quinto:** Relatório sobre o CISTTÃO (Moisés). Ficou para próxima  
684 reunião. **Décimo sexto:** Sugestão de pauta para próxima reunião. 12-Apresentação do Relatório de visita aos equipamentos/serviços ligados à  
685 atenção psicossocial e reabilitação em Maricá (Moisés),13-Eleição do Presidente da Comissão de Justiça e Ética,14-Formação da Comissão de  
686 Legislação,15-Relatório sobre o CISTTÃO (Moisés). A Conselheira Denise diz que foi colocado a uma câmara de filmagem na sala da Secretaria  
687 Executiva, ela fica muito sozinha e seria muito bom para sua segurança e, que sofreu uma agressão muito absurda dentro da sala do Conselho  
688 essa semana, caso tivesse uma filmagem até denunciaria na polícia porque é muito sério e como não tem filmagem fica muito ruim, acha que é  
689 uma proteção para funcionária que fica lá todo o tempo, no terceiro andar onde tem pouca circulação e também para qualquer outra eventualidade  
690 de como o que lhe aconteceu e que precisamos de prova, que precisamos de uma garantia. Então queria que ficasse para o próximo de pauta, até  
691 tem uma câmara que era da Secretaria que vai ser retirada e se essa pudesse ser aproveitada, mas acredita que não, mas a solicitação de uma  
692 câmara para ter só na frente do Conselho. O Presidente diz que só para entender a solicitação, na verdade não seria um ponto de pauta só uma  
693 reposição. Diz que já á procuramos saber com a Secretaria, como é que funciona, pediram um ofício para encaminhar para TI para fazerem a  
694 reinstalação. A Conselheira Denise pede para colocar como ponto de pauta a Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora para ela,  
695 Anna, Moisés e o Jorge vamos nos encontrar com a Secretária junto a Maíra na próxima semana e precisamos trazer para o pleno. O Conselheiro  
696 Moisés diz que como sugestão de ponto de pauta para a próxima reunião, gostaria de pedir novamente a convocação do Senhor Marcelo Rosa



697 Presidente da Fundação de Saúde para tratar sobre o assunto: pagamento da insalubridade, como os dias atuais e retroativo junto com o Instituto  
698 GNOSIS, gostaríamos também que Instituto GNOSIS se apresentasse e estivesse presente, ainda sobre a FEMAR o Presidente Senhor Marcelo  
699 Rosa sobre o planejamento de convocação das pessoas aprovadas em concurso público, o certamente já homologado, as pessoas aguardando a  
700 convocação e gostaria de pedir também a convocação do CEREST a Comissão vai apresentar o relatório de visita no CEREST, o que  
701 encontramos lá no local, alguns confrontos importante com o plano de ação. **Décimo sétimo:** Informes Gerais. O Presidente pergunta se alguém  
702 gostaria de dar algum informe? A Conselheira Denise diz que gostaria de ter a fala que foi interrompida que todos que estão aqui na plateia se  
703 atenham para Conferência de Saúde do Trabalhador, essa Conferência agora ela não é como a outra que é trabalhador do SUS é para todos os  
704 trabalhadores. A oficina que participou em Volta Redonda ela e outras pessoas colocamos um fato muito sério, essas pessoas principalmente é  
705 uma característica de Maricá as pessoas que trabalham cortando gramas, empregados domésticos, aqueles que não tem vínculo empregatício,  
706 quando adoece ou sofre um acidente no trabalho a situação é muito séria, até que consiga um LOAS, auxílio-doença, eles passam fome, então  
707 nós precisamos de cuidado com a saúde do trabalhador, não só no nosso município. Vamos ter uma Conferência Regional, então gostaria muito  
708 de todos que estão aqui, Conselheiros e todos que estão na plateia busquem informações. O Conselho vai posteriormente passar informação a  
709 todos até o Conselheiro citou aqui não houve procura da população para participação na CISTT. A CISTT é a Comissão de Saúde do Trabalhador  
710 e da Trabalhadora todos somos trabalhadores, então todos precisamos desse Cuidado então, quer fazer informe a plateia e a todos os Conselheiros  
711 e teremos em breve as Conferências, Oficina Municipal, Fórum Municipal e a Conferência Regional e é importante essa divulgação, gostaria de  
712 encontrar com você. O Presidente Mais alguma informação, agradece a todos, encerra a reunião às 17:04h. (dezessete horas e quatro minutos)  
713 convida a todos para nossa próxima reunião ordinária no dia 31 de outubro, às 14h, nesse mesmo local, excelente tarde a todos. eu, Laudeci  
714 Costa, Secretária Executiva, lavrei a presente ata, que foi revisada pela Secretária Geral Anna Maria de Carvalho Quintanilha que, por expressar  
715 a verdade, dato e assinada juntamente aos Conselheiros presentes, Maricá, 26 de setembro de 2024. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

716 **Bruno de Souza Lougon**  
717 Gestor – Sec. da Cidade Sustentável  
718 Presidente

**Laudeci Costa**  
Secretária Executiva

**Anna Maria de Carvalho Quintanilha**  
Usuária: Ass. de Mor. e Amigos do Bairro Santa Paula  
Secretária Geral

**Jorge Alberto Rispoli**  
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá  
Vice Presidente

718 **Antônio Carlos do Rego Souza**  
Usuário SINDSERV  
719 Tesoureiro

**Juliana Nogueira dos Santos**  
720 Gestor – Sec. de Saúde

720 **Rose Mary de Melo Bruce**  
721 Usuário – Ass. de Mord.de Cordeirinho  
722 2º Distrito

**Renata do Nascimento Frazão**  
723 Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá

724 **Marcos de Souza Pires**  
725 Ass. Médica de Maricá

**Moisés Antônio de Melo Abrão**  
Usuário- Sindicato de Educação de Maricá

**Leila Maia da Silva**  
726 Usuária – Templo Espiritualista ARUANDA

**Maria Aparecida de Carvalho Siqueira Garcia**  
727 Ass. Pestalozzi de Maricá

727 **Danielle Torres Xavier**  
728 Usuária – FAMMAR

**Denise Marchon Tinoco**  
Usuária - Ass. de Morad. E Amigos do Recanto de Itaipuaçu -  
4º Distrito

**Antônio Carlos da Cunha**  
729 Usuário – Cruz Vermelha Brasileira

**Eliane Fontes de Araújo**  
Usuária - Grupo Humanos Diversidade LGBTI de Maricá

**Edson Gonçalves de Oliveira**  
Usuário- União das Assoc. de Mor. de Maricá